

## BANCO ACTIVOBANK, S.A.

### RELATÓRIO E CONTAS

2014

h.  
OP  
CA

## Índice

Composição dos Órgãos Sociais	3
Síntese de Indicadores	4
Relatório do Conselho de Administração	5
1. Enquadramento Económico e Financeiro	5
2. Análise de Atividade	7
3. Análise Financeira	11
4. Prestação de Serviços Intragruppo	12
5. Compliance com as recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência de informação e à valorização de ativos	13
6. Evolução previsível do Banco em 2015	16
7. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização	17
8. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos Colaboradores	18
9. Estrutura e práticas de governo societário (síntese)	18
10. Proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral	19
11. Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros	20
12. Referências Finais	20

### Demonstrações financeiras individuais a 31 de dezembro de 2014

Todas as menções deste documento a normas legais ou regulamentares referem-se à respectiva versão vigente na presente data.

## Composição dos Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

Banco Comercial Português, S.A.	Presidente
Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	1º Secretário
Maria Manuela Nunes Rodrigues dos Anjos	2º Secretário

### Conselho de Administração

Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho	Presidente
Nelson Ricardo Bessa Machado	Chief Executive Officer
Carlos Alberto Alves	Vogal

### Conselho Fiscal

Joaquim Patrício da Silva	Presidente
Leopoldo de Assunção Alves	Vogal
José Carvalho Pereira	Vogal
João Manuel Casa Nova Barão	Vogal Suplente

### Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados, SROC, S.A.	Efetivo
João Albino Cordeiro Augusto	Suplente

### Comissão de Remunerações

Luís Maria França de Castro Pereira Coutinho

Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral	Secretária da Sociedade
António Augusto Amaral de Medeiros	Secretário da Sociedade Suplente

*Handwritten signatures and initials:*  
W  
AP  
AA

## Síntese de Indicadores

	2014	2013	Valores em milhões de euros Var. 14/13
Recursos à Ordem	133,1	101,0	+ 31,8%
Recursos a Prazo	384,9	313,0	+ 23,0%
Fundos de Investimento	116,1	109,9	+ 5,7%
Títulos Depositados	124,2	142,0	- 12,5%
Património Financeiro	798,2	718,2	+ 11,1%

Produto Bancário	19,5	10,0	+ 95,2%
Custos Operacionais	13,1	14,1	- 7,3%
Resultado Líquido	5,0	- 2,9	- 271,8%



5/4

13/10  
ALB

## Relatório do Conselho de Administração

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A. ("ActivoBank" ou "Banco"), apresentar o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014.

Em cumprimento do Código das Sociedades Comerciais, este documento inclui, ao longo do respetivo texto e das notas às demonstrações financeiras, informação a que se refere cada uma das rúbricas obrigatórias elencadas no artº 66, nº 5 ("Relatório de Gestão").

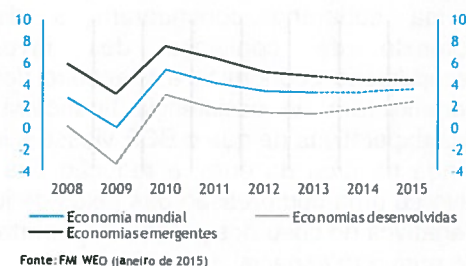
## 1. Enquadramento Económico e Financeiro

### Enquadramento Económico Mundial

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o ritmo de expansão da atividade global em 2014 deverá ter-se mantido em 3,3%, valor que se situa abaixo dos padrões históricos e que, ademais, oculta divergências significativas entre as principais economias mundiais. Enquanto a economia norte-americana tem vindo a denotar maior vigor, os principais Estados-membros da área do euro registaram níveis de crescimento muito moderados e os mercados emergentes voltaram a desacelerar.

Na área do euro, apesar da queda das taxas de juro para níveis nunca antes observados e da significativa depreciação do euro, o crédito e o investimento não arrancaram, o consumo privado estagnou e o desemprego manteve-se em patamares elevados. O conseqüente baixo crescimento dos países da UEM em 2014 constituiu, ainda assim, uma melhoria face à contração observada nos dois anos precedentes. A fragilidade económica, a par com o agravamento das pressões deflacionistas, favoreceu um reforço do grau de acomodação da política monetária do Banco Central Europeu (BCE). Para 2015 espera-se que a trajetória de recuperação da área do euro prossiga a um ritmo moderado, penalizada pela falta de dinamismo do investimento e pela debilidade da procura externa, em particular, da oriunda dos mercados emergentes.

CRESCIMENTO DA ECONOMIA GLOBAL MANTÉM-SE MODERADO  
Taxa de variação anual do PIB real (em %)



Nos EUA, o aumento do emprego e da confiança dos consumidores favoreceu a expansão do consumo privado e do investimento, o que se consubstanciou numa aceleração do PIB, de 2,2% para 2,4%, em 2014. Neste contexto de melhoria das condições económicas, a Reserva Federal dos EUA decidiu terminar o seu programa de compra de ativos no final de 2014. Em 2015, a economia norte-americana deverá voltar a acelerar, suportada pela procura doméstica, que irá beneficiar do atual quadro de queda do preço do petróleo e de expectativas de manutenção do pendor genericamente expansionista das políticas monetária e orçamental. Esta expectativa poderá, no entanto, vir a ser contrariada pelos efeitos adversos da apreciação do dólar na evolução da procura externa e na estabilidade dos mercados financeiros.

A economia chinesa voltou a desacelerar em 2014, fruto da perda de competitividade do setor exportador, bem como da maior racionalização da oferta de crédito e da conseqüente quebra de intensidade do investimento público e privado, em particular no setor da construção. Para 2015, o FMI espera um abrandamento adicional da atividade devido, sobretudo, à continuação das restrições ao investimento e, também, à perda de vigor das economias da região do Sudeste Asiático.

Em 2015, os desafios para a economia global são múltiplos e de natureza diversa. A queda significativa do preço do petróleo tanto pode ter um impacto líquido positivo, pelo estímulo que

[www.activobank.pt](http://www.activobank.pt)

W5  
CA  
CA

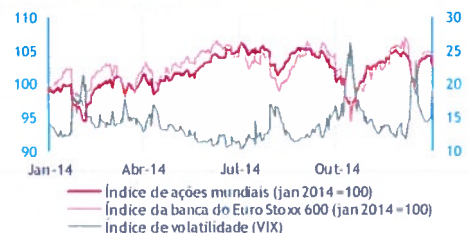
imprime à procura agregada global, como pode precipitar uma correção nos mercados financeiros, os quais têm uma exposição relevante ao setor energético. Por outro lado, a dessincronização entre a política monetária dos EUA e das restantes principais economias mundiais acarreta o risco de movimentos pronunciados no mercado cambial, com consequências potencialmente adversas para o sistema financeiro global. Finalmente, a prevalência de vários focos de tensão geopolítica constitui um risco difícil de quantificar, mas ainda assim não menos importante.

## MERCADOS FINANCEIROS GLOBAIS

O comportamento dos mercados financeiros em 2014 caracterizou-se por um prolongamento da tendência de valorização da generalidade das classes de ativos, ainda que num quadro de maior volatilidade, presumivelmente justificado pela redução do teor expansionista da política monetária da Reserva Federal norte-americana. Os índices acionistas de referência dos EUA registaram valorizações em torno de 15%, cerca de 10 pontos percentuais superior às dos seus congéneres europeus.

No mercado de dívida, o processo global de redução da inflação, em conjugação com a manutenção de amplos níveis de liquidez providenciados pelos principais bancos centrais, determinou um movimento generalizado de queda das *yields* dos títulos de dívida, pública e privada, percecionados como mais seguros. Na área do euro, os prémios de risco da dívida soberana continuaram a diminuir, num contexto de confiança dos investidores na recuperação económica e financeira dos países que beneficiaram de assistência financeira, bem como das expectativas de que o BCE viesse a implementar um programa de compra de dívida pública. Ainda na área do euro, a redução das taxas de referência do BCE para mínimos históricos levou a uma compressão das taxas de juro indexantes do euro para valores ínfimos ou mesmo negativos no caso dos prazos mais curtos, evolução que também contribuiu para a depreciação do euro, em especial, face ao dólar.

MERCADOS ACIONISTAS PROSEGUIRAM TENDÊNCIA DE VALORIZAÇÃO, APESAR DO AUMENTO DA VOLATILIDADE



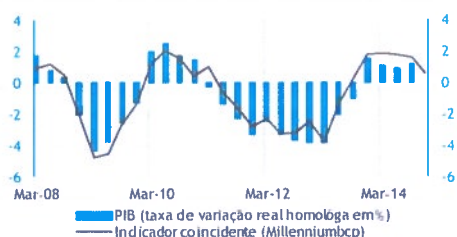
Fonte: Bloomberg

## PERSPETIVAS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Após três anos consecutivos de contração, a economia portuguesa terá crescido 0,8% em 2014, de acordo com a estimativa do FMI, impulsionada pela melhoria do consumo privado e do investimento, a par com o crescimento das exportações. A recuperação da atividade económica e o cumprimento dos objetivos definidos no Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) assinado em 2011 permitiram ao estado português retomar o financiamento nos mercados financeiros internacionais, logrando assim concluir o PAEF com sucesso em junho de 2014, tal como previsto.

Em 2015, a tendência de recuperação da atividade deverá manter-se suportada pela procura interna, a qual deverá beneficiar do aumento do emprego e do rendimento disponível, da queda do preço do petróleo e da tendência de decréscimo das taxas de juro do crédito bancário. Contudo, o risco de maior indefinição da política económica europeia, associado ao surgimento de novos quadros políticos em vários países, e a incerteza inerente ao desfecho das eleições legislativas nacionais que terão lugar em outubro de 2015, poderão condicionar a retoma da economia e colocar em causa a tendência de melhoria das condições de financiamento das empresas e das famílias portuguesas.

ECONOMIA PORTUGUESA RECUPEROU EM 2014



Fonte: Datastream e Millenniumbcp

Em 2014, a rentabilidade do setor bancário continuou a ser pressionada pelas baixas taxas de juro, com impacto adverso na margem financeira, pelo custo do risco e pelo aumento dos níveis de cobertura dos riscos de crédito, parcialmente explicados pela realização do exercício de Comprehensive Assessment levado a cabo pelo Banco Central Europeu no âmbito da implementação do Mecanismo Único de Supervisão.

A aplicação da medida de resolução ao Banco Espírito Santo constituiu um evento de perturbação significativa do sistema bancário, com implicações na evolução do negócio, na redefinição do contexto competitivo e na confiança dos investidores e dos clientes, cujos desenvolvimentos poderão condicionar o desempenho futuro do setor bancário português.

O principal desafio do setor bancário para o ano de 2015 passa pela melhoria da rentabilidade, cujo sucesso muito depende da recuperação da economia portuguesa e da relação entre o custo do risco e a taxa de margem financeira, num contexto de implementação de novas exigências regulamentares no âmbito da União Bancária, que continuarão a determinar novas abordagens e o reposicionamento dos bancos ao negócio.

## 2. Análise de Atividade

A aposta do Banco em 2014 continuou centrada nos objetivos estratégicos de crescimento da base de Clientes e do aumento do seu envolvimento. Cada um destes dois objetivos estratégicos foi enquadrado de acordo com os seguintes vetores:

### Captação de Clientes

- I. Reorganização da força de recomendação não bancária ("Associados") e da abordagem aos Colaboradores das empresas identificadas com o target do Banco ("*Worksites*");
- II. Lançamento de campanhas de comunicação institucional e reforço da proposta de valor, juntamente com o lançamento de novos produtos e serviços diferenciadores.

### Fidelização de Clientes

- III. Continuo aperfeiçoamento do um modelo de reforço de vinculação e segmentação, direcionado para a identificação e satisfação das necessidades financeiras dos Clientes;
- IV. Lançamento de novos produtos com o intuito de responder a uma série de necessidades identificadas junto dos seus Clientes;
- V. Recuperação de uma posição de destaque e liderança, na oferta de banca de investimento *online*.

## Iniciativas desenvolvidas para materializar a referida estratégia

Para materializar a aposta no crescimento da base de Clientes e respetivo envolvimento, foram desenvolvidas em 2014 uma série de iniciativas, com destaque para:

### (i) Crescimento e consolidação da rede comercial

Foram estabelecidas parcerias com alguns clubes de futebol com o objetivo de captar novos Clientes junto dos adeptos desses clubes.

### (ii) Campanhas de comunicação institucional e proposta de valor

Foram realizadas durante o 1º semestre de 2014 duas campanhas de captação.

A primeira campanha centrou-se na abertura de conta sem utilização de papel, um novo processo lançado pelo Banco no início de 2014, tendo-se realçado a capacidade de inovação que caracteriza o ActivoBank.

A segunda ação promocional potenciou o facto de o ActivoBank ter sido considerado o banco *online* com melhor reputação, de acordo com os resultados divulgados pela Marktest no seu estudo *Marktest Reputation Index*.

### (iii) Lançamento de novos produtos e serviços, vinculação e segmentação

Em 2014 o Banco completou o desenvolvimento dos produtos em falta com destaque para o lançamento da plataforma de negociação de instrumentos financeiros a prazo: Plataforma *Ontrade*.

## Crescimento

O conjunto de ações realizadas, a par da aposta contínua na inovação, contribuiu para que a base de Clientes do Banco apresentasse um crescimento líquido de cerca de 17 mil Clientes e que, no final do ano fosse, o ActivoBank contasse com mais de 110 mil fãs no *facebook*.

Destaca-se, ainda, o reconhecimento do Banco ActivoBank pela comunidade financeira nacional e internacional, expresso na atribuição dos prémios "*Best Commercial Bank in Portugal*", atribuído pela revista World Finance (Banking awards 2014), "*Best Ethical Practices Awards*" na categoria de Consciência Jurídica pela Cofina/Cap Gemini, "*Best Consumer Internet Bank*" pela Global Finance e a distinção no "*Marktest Reputation Index*" como o banco *online* com melhor reputação.

## O ActivoBank em Números

Manteve-se, ao longo de 2014, uma estratégia de captação de novos Clientes. Paralelamente, e visando garantir um maior envolvimento e reforço da relação com os Clientes, procedeu-se ao reforço da proposta de valor, complementando-se a oferta destinada a suprir as necessidades do dia a dia e as necessidades financeiras básicas, e lançou-se uma plataforma de CRM que veio permitir determinar e apresentar mensalmente a cada Cliente o produto ou serviço mais adequado à sua realidade.



Ainda ao nível do CRM deram-se passos significativos no sentido de garantir que a proposta de produto ou serviço apresentada ao Cliente é sempre a mesma, independentemente do canal de contacto do Cliente com o Banco.

A estratégia seguida traduziu-se num aumento muito significativo da base de Clientes, atingindo-se os 73 mil Clientes no final de 2014, um expressivo crescimento de cerca de 30% face ao final do ano anterior.

O enfoque no esforço de captação foi acompanhado pela manutenção de uma oferta inovadora de produtos financeiros muito simples e de elevada transparência para os consumidores. A proposta de valor foi complementada com novas soluções para garantir uma resposta do Banco às diversas solicitações dos Clientes no que respeita às necessidades transacionais do dia a dia, às necessidades financeiras básicas e à componente de investimentos.

Manteve-se uma constante inovação ao nível das plataformas de *internet* e de *mobile banking* facilitando, ao pormenor, o contacto com o Banco. Foram lançadas novas *apps* para *iOS* e *Android* tanto da componente transacional como de investimentos, bem como uma *app* para *Windows 8*.

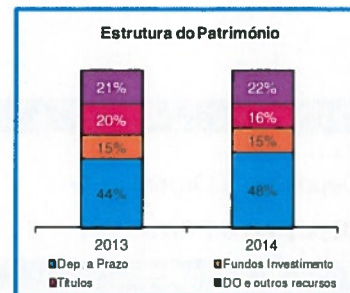
Manteve-se, adicionalmente, uma constante otimização inerente ao processo de abertura de conta no sentido de permitir obter mais informação sobre o perfil e necessidades financeiras dos novos Clientes e de lhes apresentar, de uma forma mais apelativa e direcionada, os produtos do Banco que melhor se adaptam às suas características e fase de vida.

Por forma a reforçar a qualidade do atendimento prestado dinamizou-se um conjunto alargado de ações de formação interna e alterou-se a estrutura de atendimento do call center, que passou a ser assegurado em regime de *outsourcing* mas com um total acompanhamento por parte da estrutura comercial do Banco, permitindo atingir um excelente nível de serviço e de acordo com os objetivos estabelecidos.

Manteve-se uma proposta muito completa e abrangente de soluções de investimento, proporcionando aos Clientes, numa lógica de arquitetura aberta, o acesso a produtos, serviços e à informação financeira mais adequada, em cada momento, às suas necessidades e às condições de mercado. Destaque para o lançamento da plataforma de negociação *Ontrade*, que veio permitir aos Clientes ter acesso aos mercados de derivados.

A estrutura do património dos Clientes no Banco evoluiu de acordo com esta linha de atuação, existindo um reforço da componente de depósitos a prazo.

As condições de mercado motivaram um crescimento ligeiro ao nível do negócio de fundos de investimento e determinaram uma retoma da atividade de bolsa. Apesar da diminuição do valor dos títulos depositados pelos Clientes, motivado pela diminuição das cotações, assistiu-se, ao longo de 2014, a um crescimento, em volume, dos títulos depositados nas carteiras.



Os depósitos a prazo atingiram os 384,9 milhões de euros no final de 2014, registando uma evolução positiva de cerca de 71,9 milhões de euros face ao ano anterior. O património trazido para o Banco pelos Clientes captados ao longo do ano de 2014 foi um forte contributo para os resultados obtidos a este nível.

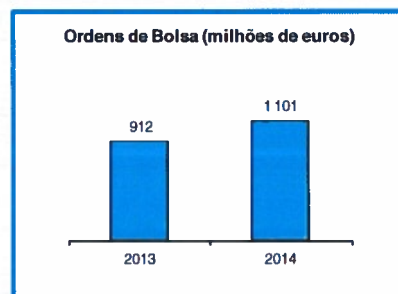
Será ainda de referir a ação promocional lançada pelo Banco denominada Depósito 100.000 fãns no *facebook*, quer pelas suas características inovadoras em Portugal quer pelos resultados obtidos que, no final do ano, se traduzia num volume de depósitos a prazo de cerca de 12,4 milhões de euros.

Handwritten signatures and initials, including a large 'W' and 'CA'.

O negócio de fundos de investimento apresentou um ligeiro crescimento. No final de 2014, a carteira de fundos detidos pelos Clientes ascendia a cerca de 116,1 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de cerca de 6,3 milhões de euros face a 2013.

Ao nível do negócio de bolsa, registou-se um crescimento de 18% no número de ordens executadas. Os volumes transacionados acompanharam este movimento ascendente terminando-se o ano com um volume de operações executadas no valor de cerca de 1.101 milhões de euros.

As carteiras de títulos dos Clientes sofreram uma diminuição de 17,8 milhões de euros, essencialmente devido à evolução das cotações. No final do ano, a carteira de títulos dos Clientes ascendia a cerca de 124,2 milhões de euros.



Ao nível dos *unit linked* e de seguros de poupança, bem como de obrigações e produtos estruturados, registou-se um decréscimo de 12,5 milhões de euros face ao ano anterior. Esta evolução menos favorável está essencialmente associada ao facto de não ter ocorrido a comercialização de novos produtos.

Assim, a evolução patrimonial ao longo de 2014, traduziu-se num crescimento significativo dos Depósitos de Clientes. No final de 2014, o património financeiro situava-se próximo dos 798,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,1% face ao ano anterior.

O Crédito, incluindo a carteira de Crédito à Habitação angariada pelo Banco e colocada junto do Banco Comercial Português, ascendia a 43,4 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 1,8% face ao ano anterior.

Na origem desta variação estiveram, sobretudo, os decréscimos observados ao nível do CrediBolsa e da capacidade de angariação de novas operações de Crédito à Habitação.

De salientar o bom desempenho obtido ao nível das operações de Crédito Pessoal, com um crescimento próximo dos 27% e do Crédito Cartão, com um aumento de 25%.

	Valores em milhões de euros		
	2014	2013	Var. 14/13
Depósitos à Ordem	133,1	101,0	+ 31,8%
Depósitos a Prazo	384,9	313,0	+ 23,0%
<b>Total de depósitos</b>	<b>518,0</b>	<b>414,0</b>	<b>+ 25,1%</b>
Fundos de Investimento	116,1	109,9	+ 5,7%
Títulos Depositados	124,2	142,0	- 12,5%
Outros Recursos (*)	39,9	52,5	- 23,9%
<b>Património Financeiro</b>	<b>798,2</b>	<b>718,2</b>	<b>+ 11,1%</b>
Crédito Habitação (**)	26,8	28,7	- 6,7%
Restante Crédito (***)	16,6	15,4	+ 7,3%
<b>Total de crédito</b>	<b>43,4</b>	<b>44,1</b>	<b>- 1,8%</b>

(\*) *Unit Linked*, Seguros de Poupança, Produtos Estruturados e Obrigações

(\*\*) Valor da carteira angariada pelo ActivoBank e colocada junto do Banco Comercial Português

(\*\*\*) Líquido de imparidade para riscos de crédito

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

## 3. Análise Financeira

A **Margem Financeira**, incluindo os 6,0 milhões de euros de comissões de intermediação financeira cobradas ao Banco Comercial Português pela obtenção de depósitos para a esfera do Grupo, fixou-se em 8,5 milhões de euros, um crescimento de 71,1% face a 2013. Para este expressivo aumento contribuiu de forma muito significativa a aquisição de uma carteira de dívida pública.

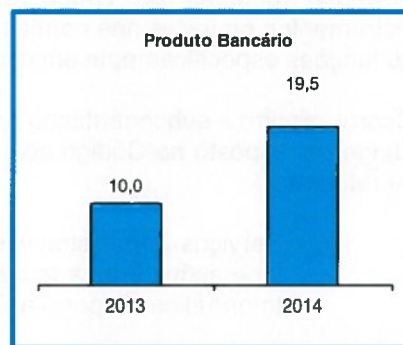
Adicionalmente, manteve-se ao longo do ano de 2014 o processo de redução das taxas praticadas nos produtos de depósitos a prazo que havia sido iniciado no final do 1º trimestre de 2012. Ao longo do ano de 2014 foi possível reduzir em cerca de 51 pontos base a taxa média da carteira de depósitos a prazo dos Clientes.

As **Comissões Líquidas**, não incluindo as acima referidas comissões cobradas ao Banco Comercial Português, fixaram-se em 5,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 7,0% face ao ano anterior.

As comissões diretamente ligadas a mercados financeiros, nomeadamente as relativas a operações de títulos registaram um crescimento de 3,7%, refletindo a dinâmica observada neste segmento de negócio ao longo do ano.

A capacidade de captação de novos Clientes permitiu aumentar de forma muito significativa o portfolio de cartões colocados, o que se refletiu positivamente nas comissões provenientes desta linha de negócio que apresentaram um expressivo aumento de 34,9%.

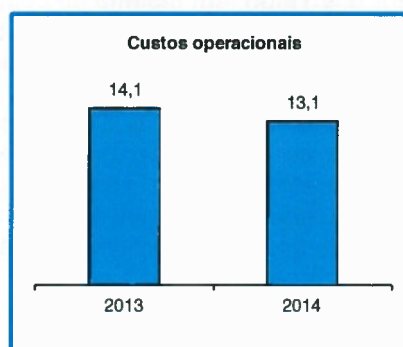
No final do ano, o Banco, aproveitando as condições favoráveis de mercado, procedeu a uma recomposição da sua carteira de títulos de dívida pública o que lhe permitiu gerar resultados em operações financeiras de 5,6 milhões de euros



O **Produto Bancário** apresentou no ano um crescimento de 95,2% fixando-se em 19,5 milhões de euros.

Os **Custos Operacionais** (custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações), apresentaram um decréscimo de 1,0 milhão de euros em resulta do constante enfoque na otimização dos procedimentos operativos do Banco, da otimização do quadro de pessoal e de uma redução do custo de amortização, com especial incidência para a redução de amortizações de *software*.

No final do ano, esses custos ascendiam a 13,1 milhões de euros sendo que os ganhos relativamente ao ano anterior se situaram, essencialmente, ao nível dos custos com pessoal e das amortizações.



Os **Custos com Pessoal** registaram uma diminuição de 10,9%, situando-se em 5,9 milhões de euros. Para esta diminuição contribui a redução do quadro médio observada em em 2014.

Apesar do elevado crescimento dos níveis de atividade, a variação dos **Outros Gastos Administrativos** situou-se em -1,7%, fechando o ano com um valor global de 6,7 milhões de euros. O constante enfoque na otimização e melhoria dos procedimentos adotados pelo Banco permitiu reduzir os custos relativos a serviços especializados, bem como os de *outsourcing*, que resultam do recurso às estruturas do Banco Comercial Português.

*Handwritten signature/initials*

As amortizações apresentam uma esperada diminuição face a 2013 que reflete, no essencial, a redução das amortizações relacionadas com *software*. Em 2014 o valor de amortizações fixou-se em 0,5 milhões de euros.

O Banco apresentou um **resultado líquido** de 5,0 milhões euros, uma melhoria de 7,9 milhões de euros face ao ano anterior, que reflete o esforço de crescimento e de implementação da nova proposta de valor do ActivoBank com crescente aceitação por parte dos Clientes e do mercado em geral.

O ActivoBank manteve níveis de solvabilidade elevados, situando-se o Rácio de Solvabilidade, no final de 2014, em 11,0%.

## 4. Prestação de Serviços Intragruppo

O ActivoBank, sendo um intermediário financeiro cujo capital social é indiretamente detido, na totalidade, pelo Banco Comercial Português, S.A., prossegue a sua atividade otimizando os meios e recursos do Grupo Banco Comercial Português, nos termos e segundo os instrumentos previstos nas normas legais e regulamentares aplicáveis e consoante as matérias ou funções especificamente em causa.

Ocorre, assim, a subcontratação ao Banco Comercial Português, S.A., de diversas funções, ao abrigo do disposto no Código dos Valores Mobiliários (artº 308 e sgs), nomeadamente no que se refere a:

- (i) Serviços administrativos e corporativos gerais, Contabilidade, Assessoria Jurídica, Operações (na parte não realizada pela Direção de Suporte ao Negócio do Banco), Informática, Suporte à Gestão de Pessoas;
- (ii) Utilização da rede Millennium bcp para a prestação de um conjunto de operações/serviços bancários.

Por outro lado, em matéria de controlo interno, acham-se estabelecidos entre o ActivoBank e o Banco Comercial Português, S.A., serviços comuns para o desenvolvimento das responsabilidades atribuídas às funções de controlo do cumprimento (Compliance Office), de gestão de riscos (Risk Office) e de auditoria interna (DAU) uma vez que, nos termos do Regulamento 2/2007 da CMVM, com as alterações introduzidas pelo Regulamento 3/2008 da CMVM, esses serviços estão dotados dos recursos humanos e materiais apropriados para o desempenho eficaz das respetivas responsabilidades, encontrando-se igualmente salvaguardados os requisitos de independência e o acesso à informação relativamente a cada um dos intermediários financeiros, em respeito pelo disposto nos Regulamentos da CMVM atrás referidos.

## 5. Compliance com as recomendações do FSF e do CEBS relativas à transparência de informação e à valorização de ativos

I. Modelo de Negócio		Página
1.	Descrição do modelo de negócio (i.e., razões para o desenvolvimento das atividades/negócios e respetiva contribuição para o processo de criação de valor) e, se aplicável, das alterações efetuadas (por exemplo, em resultado do período de turbulência);	RG: Pág. 7-10
2.	Descrição das estratégias e objetivos (incluindo as estratégias e objetivos especificamente relacionados com a realização de operações de titularização e com produtos estruturados);	RG: Pág. 7-10 (O Banco não realizou operações de titularização nem de emissão de produtos estruturados).
3.	Descrição da importância das atividades desenvolvidas e respetiva contribuição para o negócio (incluindo uma abordagem em termos quantitativos);	RG: pág. 7–10
4.	Descrição do tipo de atividades desenvolvidas, incluindo a descrição dos instrumentos utilizados, o seu funcionamento e critérios de qualificação que os produtos/investimentos devem cumprir;	Nota 34
5.	Descrição do objetivo e da amplitude do envolvimento da instituição (i.e. compromissos e obrigações assumidos), relativamente a cada atividade desenvolvida;	Nota 34
II. Riscos e Gestão dos Riscos		Página
6.	Descrição da natureza e amplitude dos riscos incorridos em relação a atividades desenvolvidas e instrumentos utilizados;	Notas 6, 7 e 34
7.	Descrição das práticas de gestão de risco (incluindo, em particular, na atual conjuntura, o risco de liquidez) relevantes para as atividades, descrição de quaisquer fragilidades/fraquezas identificadas e das medidas corretivas adotadas;	Nota 34
III. Impacto do período de turbulência financeira nos resultados		Página
8.	Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados, com ênfase nas perdas (quando aplicável) e impacto dos “write-downs” nos resultados;	RG: Pág.8-12, Notas 6 e 7
9.	Decomposição dos “write-downs”/perdas por tipos de produtos e instrumentos afetados pelo período de turbulência, designadamente, dos seguintes: <i>commercial mortgage-backed securities</i> (CMBS), <i>residential mortgage-backed securities</i> (RMBS), <i>collateralised debt obligations</i> (CDO), <i>asset-backed securities</i> (ABS);	Não aplicável
10.	Descrição dos motivos e fatores responsáveis pelo impacto sofrido;	RG: Pág 7–12.
11.	Comparação de i) impactos entre períodos (relevantes) e de ii) demonstrações financeiras antes e depois do impacto do período de turbulência;	RG: Pág 7–12.
12.	Decomposição dos “write-downs” entre montantes realizados e não realizados;	Notas 6, 7 e 29

13. Descrição da influência da turbulência financeira na cotação das ações da entidade;	Não aplicável
14. Divulgação do risco de perda máxima e descrição de como a situação da instituição poderá ser afetada pelo prolongamento ou agravamento do período de turbulência ou pela recuperação do mercado;	Nota 34
15. Divulgação do impacto que a evolução dos "spreads" associados às responsabilidades da própria instituição teve em resultados, bem como dos métodos utilizados para determinar este impacto;	Nota 31

<b>IV. Níveis e tipos das exposições afetadas pelo período de turbulência</b>	<b>Página</b>
16. Valor nominal (ou custo amortizado) e justo valor das exposições "vivas";	O Banco não tem exposição a produtos financeiros afetados pela recente crise financeira, sendo a sua carteira de títulos constituída por Obrigações do Tesouro (nota 18).  Informação adicional sobre as políticas contabilísticas e de gestão de risco nas notas 1, 18, 31 e 34.
17. Informação sobre mitigantes do risco de crédito (e.g. através de <i>credit default swaps</i> ) e o respetivo efeito nas exposições existentes;	Não aplicável
18. Divulgação detalhada sobre as exposições, com decomposição por: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nível de senioridade das exposições/tranches detidas;</li> <li>- Nível da qualidade de crédito (e.g. <i>ratings</i>, <i>vintages</i>);</li> <li>- Áreas geográficas de origem;</li> <li>- Setor de atividade;</li> <li>- Origem das exposições (emitidas, retidas ou adquiridas);</li> <li>- Características do produto: e.g. <i>ratings</i>, peso/parcela de ativos <i>sub-prime</i> associados, taxas de desconto, <i>spreads</i>, financiamento;</li> <li>- Características dos ativos subjacentes: e.g. <i>vintages</i>, rácio "loan-to-value", privilégios creditórios; vida média ponderada do ativo subjacente, pressupostos de evolução das situações de pré-pagamento, perdas esperadas.</li> </ul>	Não aplicável
19. Movimentos ocorridos nas exposições entre períodos relevantes de reporte e as razões subjacentes a essas variações (vendas, "write-downs", compras, etc.)	Não aplicável
20. Explicações acerca das exposições (incluindo "veículos" e, neste caso, as respetivas atividades) que não tenham sido consolidadas (ou que tenham sido reconhecidas durante a crise) e as razões associadas;	Não aplicável

21. Exposição a seguradoras de tipo "monoline" e qualidade dos ativos segurados:
- Valor nominal (ou custo amortizado) das exposições seguradas bem como o montante de proteção de crédito adquirido;
  - Justo valor das exposições "vivas", bem como a respetiva proteção de crédito;
  - Valor dos "write-downs" e das perdas, diferenciado entre montantes realizados e não realizados;
  - Decomposição das exposições por *rating* ou contraparte.
- Não aplicável

V. Políticas contabilísticas e métodos de valorização	Página
---	--------

- |  |        |
|--|--------|
| 22. Classificação das transações e dos produtos estruturados para efeitos contabilísticos e o respetivo tratamento contabilístico; | Nota 1 |
|--|--------|

- |   |   |
|---|---|
| 23. Consolidação das <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) e de outros "veículos" e reconciliação destes com os produtos estruturados afetados pelo período de turbulência; | O Banco não detém qualquer <i>Special Purpose Entities</i> (SPE) nem produtos estruturados. |
|---|---|

- |  |         |
|--|---------|
| 24. Divulgação detalhada do justo valor dos instrumentos financeiros:  |         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Instrumentos financeiros aos quais é aplicado o justo valor;</li> <li>- Hierarquia do justo valor (decomposição de todas as exposições mensuradas ao justo valor na hierarquia do justo valor e decomposição entre disponibilidades e instrumentos derivados bem como divulgação acerca da migração entre níveis da hierarquia);</li> <li>- Tratamento dos "day 1 profits" (incluindo informação quantitativa);</li> <li>- Utilização da opção do justo valor (incluindo as condições para a sua utilização) e respetivos montantes (com adequada decomposição);</li> </ul> | Nota 31 |

- |   |         |
|---|---------|
| 25. Descrição das técnicas de modelização utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo informação sobre:   |         |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnicas de modelização e dos instrumentos a que são aplicadas;</li> <li>- Processos de valorização (incluindo em particular os pressupostos e os inputs nos quais se baseiam os modelos);</li> <li>- Tipos de ajustamento aplicados para refletir o risco de modelização e outras incertezas na valorização;</li> <li>- Sensibilidade do justo valor (nomeadamente a variações em pressupostos e inputs chave);</li> <li>- Stress scenarios.</li> </ul> | Nota 31 |

VI. Outros aspetos relevantes na divulgação	Página
---	--------

- |   |              |
|---|--------------|
| 26. Descrição das políticas de divulgação e dos princípios que são utilizados no reporte das divulgações e do reporte financeiro. | Notas 1 e 36 |
|---|--------------|

## 6. Evolução previsível do Banco em 2015

A aposta do Banco em 2015 vai continuar focada nos objetivos estratégicos de crescimento da base de Clientes, de aumento do seu envolvimento (volume de negócios) com enfoque na rentabilidade, de desenvolvimento do pilar de investimentos e de reforço da oferta base.

Para concretizar estas orientações, serão desenvolvidas uma série de iniciativas com destaque para:

- Reforço da expansão da força de angariação não bancária (“Associados”) e da abordagem aos Colaboradores das empresas identificadas com o target do Banco.
- Desenvolvimento do modelo de reforço de vinculação e segmentação, direcionado para a identificação e satisfação das necessidades financeiras dos Clientes;
- Continuação da simplificação dos processos operativos, garantindo a excelência do serviço ao Cliente, pedra basilar para o sustento da banca de recomendação;
- Continuação da aposta no canal mobile, com a inclusão de novas funcionalidades nas aplicações já existentes para os diferentes dispositivos, tanto na vertente dia a dia, como de investimentos;
- Lançamento de novos produtos com o intuito de responder a uma série de necessidades identificadas junto dos nossos Clientes, com destaque para novos produtos para a solução habitação e automóvel;
- Reforço das soluções de investimento, em especial com a introdução na oferta do Banco de uma nova plataforma de negociação em bolsa;
- Estabelecimento de parcerias com algumas empresas, no sentido de tornar mais diferenciadora a experiência dos Clientes do Banco;
- Desenvolvimento de novas linhas de negócio para segmentos de Clientes específicos, com especial incidência, entre outros, para o segmento de Jovens Emigrantes e para o segmento de Empreendedores;
- Dinamização de plataforma de negociação no mercado a prazo.



## 7. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Informa-se que, de acordo com a política de remunerações aprovada para as sociedades controladas pelo BCP, a remuneração e outros benefícios dos colaboradores do Grupo Banco Comercial Português são fixadas em razão da sua experiência, senioridade e categoria profissional, independentemente das funções que, em cada momento, sejam chamados a desempenhar em qualquer sociedade integrada no Grupo. Assim é, também, com os membros do Conselho de Administração do ActivoBank, a quem não foram pagas por esta sociedade, no exercício de 2014, quaisquer remunerações, fixas ou variáveis.

Sem prejuízo do que antecede, e apenas relativamente ao Administrador Executivo Nelson Ricardo Bessa Machado a sociedade suportou encargos no montante de 269.478,24€.

Não existiram no exercício planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Não existiram custos com pensões e outros encargos referentes a membros do Conselho de Administração.

Não foram concedidos créditos, sob qualquer forma, aos membros do Conselho de Administração.

Ao Revisor Oficial de Contas foram pagos os seguintes valores:

	em valor	em %
Serviços de revisão legal de contas	32.260,00€	71%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	13.000,00€	29%
<b>Serviços de Auditoria</b>	<b>45.260,00€</b>	<b>100%</b>
Serviços de consultoria fiscal	0,00€	0%
Outros serviços que não de revisão legal das contas	0,00€	0%
<b>Outros Serviços</b>	<b>0,00€</b>	<b>0%</b>
<b>Total</b>	<b>45.260,00€</b>	

Aos membros do Conselho Fiscal foram pagos as seguintes remunerações pelo Banco ActivoBank:

Joaquim Patrício da Silva:	5.750,04 €
Leopoldo de Assunção Alves:	3.000,00 €

## 8. Informação sobre a política de remuneração e rendimentos auferidos pelos Colaboradores

No exercício de 2014 e de acordo com a política de remunerações fixadas para as sociedades controladas pelo BCP, a remuneração e outros benefícios dos colaboradores do Grupo são fixadas em razão da sua experiência, senioridade e categoria profissional, independentemente das funções que, em cada momento, sejam chamados a desempenhar.

No exercício de 2014 terminou o contrato a termo 1 colaborador e foram realizadas 4 rescisões por mútuo acordo.

No que respeita aos valores das remunerações e indemnizações apresentaram a seguinte distribuição:

Número de Colaboradores	Fixas	Variáveis	Total	Indemnizações
143	4.152.603,49€	74.973,69 €	4.227.577,18€	121.915,32€

As remunerações variáveis correspondem aos valores pagos como incentivos comerciais.

Foi ainda pago o valor de 118.544,32€ a 71 estagiários.

## 9. Estrutura e práticas de governo societário (síntese)

A sociedade adotou a estrutura societária a seguir indicada:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

No que respeita às práticas de governo societário, a sociedade Banco ActivoBank, S.A. segue as adotadas pelo Banco Comercial Português, S.A., sociedade que detém indiretamente a totalidade do seu capital social, estando as práticas regulatórias seguidas pelo Banco Comercial Português, S.A. no âmbito do Governo da Sociedade descritas no Relatório sobre o Governo da Sociedade daquele Banco, disponível para consulta no sítio [www.millenniumbcp.pt](http://www.millenniumbcp.pt), documento que foi elaborado em respeito pelas normas legais e regulamentares em vigor, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A. aprovou em 2010 um normativo próprio para especialmente regular o exercício da atividade de intermediação financeira que o Banco prossegue, através do qual é rececionado e integrado no sistema de normativos próprio o Regulamento de Exercício da Atividade de Intermediação Financeira do Banco Comercial Português, S.A., cujos preceitos são aplicados naquilo que não seja incompatível com quaisquer especialidades relevantes do Banco ActivoBank.

O Conselho de Administração do Banco ActivoBank aprovou a aplicação das seguintes Políticas de Compliance, vigentes no Banco Comercial Português, S.A.:

- Política de Aceitação de Clientes;
- Política de Identificação de Clientes;
- Política de Análise e Monitorização de Entidades de Risco Elevado;
- Política de Gestão de Risco de Branqueamento de Capitais e de Financiamento de Terrorismo;
- Política de Execução de Ordens;
- Política de Conflitos de Interesses.

Estão em curso de revisão várias das referidas Políticas, em ordem à respetiva atualização em face da entrada em vigor de diversos normativos, nomeadamente do Aviso do Banco de Portugal 5/2013.

18

CS  
GA

## 10. Proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração submete à Assembleia Geral

Considerando:

- (i) o resultado do exercício de 2014 do Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank);
- (ii) os resultados transitados e outras reservas da sociedade;

propõe-se nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do CSC, que o resultado positivo do exercício de 2014 do ActivoBank, no montante de 5.038.423,22 euros, seja transferido para a conta de resultados transitados.

## 11. Prestação de serviços de mediação de seguros ou de resseguros

Nota relativa ao relato financeiro dos mediadores de seguros ou de resseguros prevista no artigo 4º da norma Regulamentar nº 15/2009-R de 30 de Dezembro do Instituto de Seguros de Portugal.

O Banco ActivoBank S.A., está registado com o número 207074592 no Instituto de Seguros de Portugal, desde 26 de Março de 2007 na categoria de Mediador de Seguros Ligado com autorização para os ramos vida e não vida. As políticas contabilísticas adotadas pelo Banco encontram-se devidamente identificadas na nota 1 às demonstrações financeiras individuais.

Em 2014, o Banco recebeu em numerário, exclusivamente de empresas de seguros e a título de comissões pela sua atividade de mediação de seguros, um total de 331.135,74€, de acordo com a seguinte distribuição:

	Ramo Vida	Ramo não vida	Total	%
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	54.027,00€	--	54.027,00€	16%
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	--	212.732,00€	212.732,00€	64%
Skandia Link, S.A. Sucursal em Portugal	64.376,74€	--	64.376,74€	19%
Total	118.403,74€	212.732,00€	331.135,74€	100%

Não são aplicáveis as disposições relativas a contas “clientes”, contas a receber e pagar, contas a receber vencidas, garantias colaterais, transmissão de carteiras de seguros, contratos cessados com empresas de seguros e obrigações materiais.

## 12. Referências finais

Ao concluir o Relatório da Atividade desenvolvida em 2014, o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela cooperação dispensada, no âmbito das suas atribuições, às entidades e pessoas que mais contribuíram para a realização dos objetivos estabelecidos.

Às Autoridades Monetárias e Financeiras e órgão de supervisão, nomeadamente o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pela colaboração e apoio sempre manifestados.

Aos nossos Clientes, pela confiança que a sua preferência demonstra, dirigimos os nossos agradecimentos, comprometendo-nos a procurar continuamente dar melhores respostas para a satisfação das suas necessidades.

Ao Acionista, pelo seu apoio constante e pelo acompanhamento interessado na atividade da Sociedade.

Aos membros da mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, pela atitude participativa e construtiva que sempre manifestaram.

Aos Colaboradores, pelo empenho, motivação, disponibilidade e competência profissional que sempre demonstraram, confirmando a sua dedicação à Instituição, contribuindo para a consecução dos nossos objetivos.

Lisboa, 2 de Fevereiro de 2015

Caralho AR.

Nelson

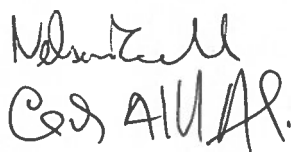
x

**Banco ActivoBank, S.A.****Demonstração dos Resultados  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

	Notas	2014	2013
		(Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	11 208 324	6 212 111
Juros e custos equiparados	3	<u>(8 724 115)</u>	<u>(9 576 161)</u>
Margem financeira		2 484 209	(3 364 050)
Rendimentos de instrumentos de capital	4	45 281	37 250
Resultados de serviços e comissões	5	11 456 926	13 424 659
Resultados em operações de negociação	6	72 010	(14 566)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7	5 625 351	3 388
Outros proveitos / (custos) de exploração	8	<u>(231 768)</u>	<u>(122 635)</u>
Total de proveitos operacionais		<u>19 452 009</u>	<u>9 964 046</u>
Custos com o pessoal	9	5 905 166	6 628 545
Outros gastos administrativos	10	6 673 301	6 786 885
Amortizações do exercício	11	<u>539 359</u>	<u>732 259</u>
Total de custos operacionais		<u>13 117 826</u>	<u>14 147 689</u>
Resultado operacional antes de provisões e imparidades		6 334 183	(4 183 643)
Imparidade do crédito	12	(81 138)	13 785
Outras provisões	13	<u>(56 584)</u>	<u>(116 071)</u>
Resultado antes de impostos		6 196 461	(4 285 929)
Impostos			
Correntes	21	(837 695)	(59 460)
Diferidos	21	<u>(320 343)</u>	<u>1 411 874</u>
Resultado líquido do exercício		<u>5 038 423</u>	<u>(2 933 515)</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

  
Cod. AUAAR.

**Banco ActivoBank, S.A.****Balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

	Notas	2014	2013
		(Euros)	
<b>Ativo</b>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	14	138.965	100.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	15	28.177.591	24.632.478
Aplicações em instituições de crédito	16	8.000.772	205.054.041
Créditos a clientes	17	16.563.174	15.431.429
Ativos financeiros disponíveis para venda	18	497.023.999	184.046.165
Outros ativos tangíveis	19	2.187.012	2.545.327
Ativos intangíveis	20	64.365	173.320
Ativos por impostos correntes		-	73.751
Ativos por impostos diferidos	21	-	3.189.472
Outros ativos	22	7.178.277	5.825.787
<b>Total do Ativo</b>		<b>559.334.155</b>	<b>441.071.806</b>
<b>Passivo</b>			
Depósitos de instituições de crédito	23	1	238
Depósitos de clientes	24	517.939.381	413.910.694
Provisões	25	348.985	292.401
Passivos por impostos correntes		431.484	-
Passivos por impostos diferidos	21	517.013	-
Outros passivos	26	3.497.623	3.216.530
<b>Total do Passivo</b>		<b>522.734.487</b>	<b>417.419.863</b>
<b>Capitais Próprios</b>			
Capital	27	17.500.000	41.000.000
Reservas de justo valor	29	12.949.706	2.777.851
Reservas e resultados acumulados	29	1.111.539	(17.192.393)
Resultado líquido do exercício		5.038.423	(2.933.515)
<b>Total de Capitais Próprios</b>		<b>36.599.668</b>	<b>23.651.943</b>
		<b>559.334.155</b>	<b>441.071.806</b>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



**Banco ActivoBank, S.A.**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

	2014	2013
	(Euros)	
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Juros recebidos	1 860 064	1 626 176
Comissões recebidas	11 407 156	14 495 393
Recebimentos por prestação de serviços	96 344	4 246
Pagamento de juros	(8 488 013)	(9 803 919)
Pagamento de comissões	(352 326)	(173 991)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	64 183	5 563
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(13 321 594)	(13 088 681)
	<u>(8 734 186)</u>	<u>(6 935 213)</u>
<i>Diminuição / (aumento) de ativos operacionais:</i>		
Fundos adiantados a instituições de crédito	197 000 000	106 000 000
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(978 344)	(788 496)
Fundos adiantados a clientes	(926 908)	(3 255 746)
Títulos negociáveis a curto prazo	(4 329)	(6 896)
<i>Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:</i>		
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(237)	(1 255)
Débitos para com clientes – à vista	32 113 006	19 728 027
Débitos para com clientes – a prazo	71 757 539	48 055 122
	<u>290 226 541</u>	<u>162 795 543</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(68 402)	(75 306)
	<u>290 158 139</u>	<u>162 720 237</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>		
Dividendos recebidos	45 281	37 250
Juros recebidos de ativos financeiros disponíveis para venda	9 468 668	4 594 722
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	510 553 000	-
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda	(806 466 000)	(179 067 000)
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	1 140 000	-
Compra de imobilizações	(72 090)	(46 057)
Aumento / (diminuição) em outras contas do ativo	(945 629)	(397 260)
	<u>(286 276 770)</u>	<u>(174 878 345)</u>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>		
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(296 771)	2 032 075
	<u>(296 771)</u>	<u>2 032 075</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	3 584 598	(10 126 033)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	24 731 958	34 857 991
Caixa (nota 14)	138 965	99 480
Outros investimentos de curto prazo (nota 15)	28 177 591	24 632 478
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>28 316 556</u>	<u>24 731 958</u>

h  
 CA  
 CA

**Banco ActivoBank, S.A.**  
**Demonstração das alterações dos Capitais Próprios**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

(Valores expressos em Euros)

	Total dos Capitais Próprios	Capital	Reservas legais, estatutárias e outras reservas	Reservas justo valor	Resultados acumulados
Saldos em 1 de janeiro de 2013	24.869.093	41.000.000	19.670	123.329	(16.273.906)
Resultado líquido do exercício	(2.933.515)	-	-	-	(2.933.515)
Perdas atuariais no exercício (nota 32)	(931.582)	-	-	-	(931.582)
Reservas de justo valor (nota 29)	2.654.522	-	-	2.654.522	-
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(6.575)	-	-	-	(6.575)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	23.651.943	41.000.000	19.670	2.777.851	(20.145.578)
Redução do capital social (nota 27)	-	(23.500.000)	(19.670)	-	23.519.670
Resultado líquido do exercício	5.038.423	-	-	-	5.038.423
Perdas atuariais no exercício (nota 32)	(2.256.191)	-	-	-	(2.256.191)
Reservas de justo valor (nota 29)	10.171.855	-	-	10.171.855	-
Amortização líquida de impostos diferidos do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(6.362)	-	-	-	(6.362)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>36.599.668</u>	<u>17.500.000</u>	<u>-</u>	<u>12.949.706</u>	<u>6.149.962</u>





**Banco ActivoBank, S.A.**  
**Demonstração do Rendimento Integral**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

	Notas	2014	2013
(Euros)			
<i>Itens que irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>			
Reservas de justo valor		13.550.637	3.657.816
Impostos		<u>(3.378.782)</u>	<u>(1.003.294)</u>
		<u>10.171.855</u>	<u>2.654.522</u>
<i>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>			
Perdas atuariais do exercício			
Valor Bruto	32	(2.499.392)	(1.201.326)
Impostos		<u>243.201</u>	<u>269.744</u>
		<u>(2.256.191)</u>	<u>(931.582)</u>
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)			
Valor Bruto		(8.539)	(8.539)
Impostos		<u>2.177</u>	<u>1.964</u>
		<u>(6.362)</u>	<u>(6.575)</u>
		<u>(2.262.553)</u>	<u>(938.157)</u>
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		7.909.302	1.716.365
Resultado líquido do exercício		<u>5.038.423</u>	<u>(2.933.515)</u>
Total do rendimento integral do exercício		<u><u>12.947.725</u></u>	<u><u>(1.217.150)</u></u>

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**I. Políticas contabilísticas**

*a) Bases de apresentação*

O Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank ou Banco), anteriormente designado por Banco Mello de Investimentos, S.A., foi constituído com a designação inicial de Sociedade Financeira Portuguesa - Banco de Investimento, S.A., em 27 de setembro de 1969 com o estatuto jurídico de sociedade anónima, tendo sido transformado em empresa pública em 14 de março de 1975, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 132-A/75. De acordo com o Decreto-Lei n.º 282-A/90 publicado em 14 de setembro, o Banco foi transformado em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos, sendo privatizado em sessão especial de Bolsa em 6 de maio de 1991.

Em janeiro de 2000, o BCP e o Grupo José de Mello estabeleceram um acordo de integração dos respetivos grupos financeiros. Na sequência do referido acordo o Banco passou a integrar o Grupo BCP, tendo sido iniciada uma fase de reestruturação e integração da sua atividade, no referido Grupo.

Em 20 de abril de 2001 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank (Portugal), S.A. Durante o exercício de 2001 procedeu-se à cisão-fusão por destaque de parte do património do Banco ActivoBank (Portugal), S.A., no BCP Investimento - Banco Comercial Português de Investimento, S.A., tendo a escritura pública sido realizada em 17 de dezembro de 2001. O património destacado correspondia a ativos e passivos associados à atividade da banca de investimento que eram originários do Banco Mello Investimentos, S.A.

Em 1 de fevereiro de 2010 foi alterada a denominação social para Banco ActivoBank, S.A.

O Banco tem por objeto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos de acordo com a legislação em vigor, tendo-se especializado designadamente em operações de crédito para aquisição de títulos e na seleção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. As demonstrações financeiras do ActivoBank são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Comercial Português.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002 e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Banco são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal (NCA's). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspetos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS. As demonstrações financeiras agora apresentadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 29 de janeiro de 2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2014, conforme referido na nota 36.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os ativos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros ativos financeiros e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Ativos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda (*disposal groups*) são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquida dos ativos do fundo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 u).

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

b) *Crédito a clientes*

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Banco expiram; ou (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

*Provisões para crédito*

Conforme referido na política contabilística 1 a), o Banco aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido no n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Banco nos exercícios anteriores, como segue:

*Provisão específica para crédito concedido*

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vencidos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 7/00 de 27 de outubro e n.º 8/03 de 30 de janeiro.

*Provisão para riscos gerais de crédito*

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de janeiro, do Banco de Portugal.

*Provisão para risco país*

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

*Anulação contabilística de créditos (write-offs)*

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

c) *Instrumentos Financeiros*

*(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente*

*1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados*

*1a) Ativos financeiros detidos para negociação*

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

*2) Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Banco, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações. Os ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável.

Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

h.  
GMA.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

3) *Outros ativos e passivos financeiros*

Os outros ativos e passivos financeiros são todos os ativos e passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas e cedências em mercado monetário, depósitos e disponibilidades de clientes e de outras instituições financeiras, depósitos de clientes, dívida emitida, entre outros.

Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros ou venda de outros ativos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) *Imparidade*

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

d) *Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros*

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (*Held-to-maturity*), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo, ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma circunstância rara.

As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas, em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*).

O Banco não adotou esta possibilidade.

e) *Desreconhecimento*

O Banco desreconhece ativos financeiros quando expiram todos os direitos a fluxos de caixa futuros. Numa transferência de ativos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos financeiros foram transferidos ou o Banco não mantém controlo dos mesmos.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

f) *Instrumentos de capital*

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As ações preferenciais emitidas pelo Banco são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Banco e os dividendos são pagos pelo Banco numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzido ao capital próprio.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

g) *Reconhecimento de juros*

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Banco procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais são registados por contrapartida de resultados, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado de acordo com a IAS 18, no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e

- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a ativos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de *Fair Value Option*, a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

h) *Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões*

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

i) *Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda)*

O Resultado de operações financeiras reflete os ganhos e perdas dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afetos a carteiras de cobertura de dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

j) *Atividades fiduciárias*

Os ativos detidos no âmbito de atividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Banco. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas atividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

k) *Outros ativos tangíveis*

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Banco procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada.

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

*l) Ativos intangíveis*

*Encargos com projetos de investigação e desenvolvimento*

O Banco não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como gasto no exercício em que ocorrem.

*Software*

O Banco regista em ativos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Banco não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

*m) Caixa e equivalentes de caixa*

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

*n) Offsetting*

Os ativos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Banco tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transações podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

*o) Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com exceção daqueles reconhecidos em ativos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

*p) Benefícios a empregados*

*Plano de benefícios definidos*

O Banco tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções coletivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções coletivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do setor bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

Até 2011, a par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Banco tinha assumido a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo admitidos até 21 de setembro de 2006 (Plano Complementar). O Banco no final do exercício de 2012 determinou a extinção ("corte") do benefício de velhice do Plano Complementar. Em 14 de dezembro de 2012, o ISP aprovou formalmente esta alteração ao plano de benefícios do Banco com efeitos a 1 de janeiro de 2012. O corte do plano foi efetuado, tendo sido atribuído aos colaboradores direitos adquiridos individualizados. Nessa data, o Banco procedeu igualmente à liquidação da respetiva responsabilidade.

A partir de 1 de janeiro de 2011, os empregados bancários foram integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro).

A taxa contributiva é de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

Na sequência da aprovação pelo Governo do Decreto-Lei n.º 127/2011, que veio a ser publicado em 31 de dezembro, foi estabelecido um Acordo Tripartido entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os Sindicatos dos trabalhadores bancários sobre a transferência para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades das pensões em pagamento dos reformados e pensionistas a 31 de dezembro de 2011.

Este decreto estabeleceu que as responsabilidades a transferir correspondiam às pensões em pagamento em 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%) na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho ("IRCT") dos reformados e pensionistas. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, a benefícios complementares, às contribuições para os SAMS sobre as pensões de reforma e sobrevivência, ao subsídio de morte e à pensão de sobrevivência diferida continuaram a cargo das Instituições.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada e utilizando pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19. De acordo com o disposto no n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal, foi definido um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição, com referência a 1 de janeiro de 2005, para os critérios da IAS 19 analisado como segue:

Rubricas	Período de diferimento
Responsabilidades com benefícios de saúde e outras responsabilidades	10 anos
Responsabilidades por morte antes da data de reforma	8 anos
Reformas antecipadas	8 anos
Anulação de perdas atuariais diferidas relativa às responsabilidades com reformas antecipadas	8 anos
Aumento do saldo de perdas atuariais diferidas	8 anos
Excesso de amortizações de perdas atuariais de acordo com as normas locais	8 anos

No âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2008 relativamente às rubricas indicadas no quadro anterior, foi autorizada uma duração adicional de três anos face ao período de diferimento inicialmente previsto.

A responsabilidade líquida do Banco com planos de reforma e outros benefícios (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano.

A responsabilidade líquida do Banco relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O Banco reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo Banco de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no ativo.

#### *Planos de contribuição definida*

Para os Planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Banco são reconhecidas como um gasto do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2013, o Banco tem 2 planos de contribuição definida. Um plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos até 1 de julho de 2009. Para este plano, designado não contributivo, serão efetuadas contribuições do Banco anuais e iguais a 1% da remuneração anual paga aos colaboradores no ano anterior. As contribuições apenas serão efetuadas caso sejam cumpridos os seguintes requisitos: (i) o ROE do Grupo Banco Comercial Português seja igual ou superior à taxa das obrigações do tesouro a 10 anos acrescida de 5 pontos percentuais e, (ii) existam reservas ou resultados distribuíveis nas contas do Banco Comercial Português.

Um outro plano que abrange os colaboradores que tenham sido admitidos após 1 de julho de 2009. Para este plano, designado contributivo, serão efetuadas contribuições mensais e iguais a 1,5% da remuneração mensal auferida pelos colaboradores no corrente mês, quer pelo Banco e quer pelos próprios colaboradores.

#### *Planos de remuneração com ações*

À data de 31 de dezembro de 2014 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com ações.

#### *Remuneração variável paga aos colaboradores*

Compete ao Conselho de Administração fixar os respetivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

W. GBR  
CFA

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

q) *Impostos sobre lucros*

O Banco está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

r) *Provisões*

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

s) *Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros*

O Banco ActivoBank, S.A. é uma entidade autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para a prática da atividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros nos ramos vida e não vida.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros o Banco efetua a venda de contratos de seguros. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões pela mediação de contratos de seguros e de contratos de investimento, as quais estão definidas em acordos / protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros ativos.



*l) Locação financeira*

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vindendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

*u) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas*

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

*Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda*

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Banco, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

*Perdas por imparidade em créditos a clientes*

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

*Impostos sobre os lucros*

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

*Pensões e outros benefícios a empregados*

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

*W.*  
*CMJ.*

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**2. Margem financeira e resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda**

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Margem financeira	2.484.209	(3.364.050)
Resultados em operações de negociação	72.010	(14.566)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	5.625.351	3.388
	<u>8.181.570</u>	<u>(3.375.228)</u>

**3. Margem financeira**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	1.241.392	1.007.948
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	9.468.668	4.594.722
Juros de depósitos e outras aplicações	498.264	609.441
	<u>11.208.324</u>	<u>6.212.111</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	8.724.115	9.576.161
Margem financeira	<u>2.484.209</u>	<u>(3.364.050)</u>

A rubrica Juros e proveitos equiparados - Juros de depósitos e outras aplicações regista os juros recebidos de aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A. contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

No exercício de 2014, a rubrica de Juros e proveitos equiparados inclui o montante de Euros 23.944 (31 de dezembro 2013: Euros 117.413) relativo a proveitos de clientes com sinais de imparidade.

**4. Rendimentos de instrumentos de capital**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<i>Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
SIBS - S.G.P.S., S.A.	29.400	23.780
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	15.881	13.470
	<u>45.281</u>	<u>37.250</u>

A rubrica Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda corresponde a dividendos recebidos durante o exercício.

M  
AB

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**5. Resultados de serviços e comissões**

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	1 441.026	1 691.563
Por compromissos perante terceiros	325	319
Por serviços bancários prestados	9.134.331	10.687.096
Operações sobre títulos	955.199	920.773
Gestão e manutenção de contas	169	52.994
Outras comissões	277.762	251.476
	<u>11.808.812</u>	<u>13.604.221</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por serviços bancários prestados por terceiros	348.826	177.640
Outras comissões	3.060	1.922
	<u>351.886</u>	<u>179.562</u>
<b>Resultados líquidos de serviços e comissões</b>	<u><u>11.456.926</u></u>	<u><u>13.424.659</u></u>

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados, inclui em 2014 o montante de Euros 5.994.309 (2013: Euros 8.319.408), relativo a comissões de intermediação financeira cobradas ao Banco Comercial Português, S.A.

A referida rubrica inclui também as comissões cobradas pelo Banco no âmbito dos Contratos de Distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de ativos financeiros. Estes contratos prevêem o pagamento de comissões de gestão, de subscrição e resgate, de acordo com as condições específicas acordadas com cada entidade. Em 2014, esta rubrica inclui o montante de Euros 1.185.921 (2013: Euros 1.087.628) relativo a comissões de gestão, dos quais Euros 53.700 (2013: Euros 50.871) são relativos a comissões cobradas à Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Por serviços bancários prestados, inclui ainda o montante de Euros 331.136 (31 de dezembro de 2013: Euros 116.375) relativo a comissões de mediação de seguros.

A rubrica Serviços e comissões recebidas - Outras comissões inclui, em 2014, o montante de Euros 227.113 (31 de dezembro de 2013: Euros 145.376) relativo a comissões de rede cobradas ao Banco Comercial Português, S.A.

**6. Resultados em operações de negociação**

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Lucros em operações de negociação</i>		
Operações cambiais	85.702	31.914
	<u>85.702</u>	<u>31.914</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação</i>		
Operações cambiais	9.363	39.584
Outras operações	4.329	6.896
	<u>13.692</u>	<u>46.480</u>
<b>Resultados líquidos em operações de negociação</b>	<u><u>72.010</u></u>	<u><u>(14.566)</u></u>

**7. Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda**

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Rendimento fixo	5.837.286	3.388
<i>Prejuízos em operações com ativos financeiros disponíveis para venda</i>		
Rendimento fixo	(211.935)	-
<b>Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<u><u>5.625.351</u></u>	<u><u>3.388</u></u>

A rubrica Lucros em operações com ativos financeiros disponíveis para venda - Rendimento fixo - inclui, no exercício de 2014, o montante de Euros 5.837.286 relativo a mais-valias resultantes da alienação de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa alienadas ao Banco Comercial Português, S.A, acionista único da Sociedade.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**8. Outros proveitos / (custos) de exploração**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	37.367	6.927
Venda de cheques e outros	30.901	21.172
Outros proveitos de exploração	353	454
	<u>68.621</u>	<u>28.553</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	9.492	13.871
Donativos e quotizações	71.730	33.294
Contribuição específica sobre o setor Bancário	3.185	(48.445)
Contribuição específica sobre o fundo de resolução	8.544	11.302
Outros custos de exploração	207.438	141.166
	<u>300.389</u>	<u>151.188</u>
	<u>(231.768)</u>	<u>(122.635)</u>

A rubrica Contribuição específica sobre o setor Bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósito; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A rubrica Contribuição específica sobre o fundo de resolução corresponde às contribuições obrigatórias para o Fundo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 24/2013. Estas contribuições são calculadas de acordo com uma taxa específica definida anualmente e aplicada sobre os passivos das instituições, com exceção das provisões, reavaliação de instrumentos financeiros derivados, proveitos diferidos e passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.

Em 2013 efetuou-se uma correção do gasto relativo à estimativa com a Contribuição específica sobre o Setor Bancário registada em exercícios anteriores no montante negativo de Euros 48.445.

A rubrica Outros custos de exploração inclui no exercício de 2014 o montante de Euros 91.146 (2013: Euros 82.597) relativo às contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos. Esta rubrica inclui ainda no exercício de 2014, o montante de Euros 80.226 (2013: Euros 52.849) relativo a custos com bolsas de estudo e estágios.

**9. Custos com o pessoal**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Remunerações	4.259.611	4.414.631
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões		
Custo normal	19.220	(45.591)
Custo / (proveito) dos juros	22.590	(1.804)
Impacto do corte resultante da alteração da fórmula de cálculo do Subsídio de Morte (DL n.º 13/2013)	-	(3.322)
Outros	(58.761)	(81.380)
	(16.951)	(132.097)
Outros encargos sociais obrigatórios	1.159.324	1.204.483
	1.142.373	1.072.386
Encargos sociais facultativos	314.234	821.715
Prémio de antiguidade	67.033	116.758
Outros custos	121.915	203.055
	<u>5.905.166</u>	<u>6.628.545</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram pagas pelo Banco remunerações a membros do Conselho de Administração, nem foram suportados custos com pensões e outros encargos. Nos exercícios de 2014 e 2013, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

h.  
1  
DPA  
DPA

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui, no exercício de 2013, um ganho no montante de Euros 3.322, resultante do impacto da alteração do método de cálculo do subsídio de morte na sequência da publicação, em 25 de janeiro de 2013, do Decreto-Lei n.º 13/2013 que introduz alterações na determinação da prestação do referido subsídio.

De acordo com a IAS 19, trata-se de um *negative past service cost* que ocorre quando existem alterações ao plano de benefícios cujo impacto se consubstancia numa redução do valor atual das responsabilidades por serviços prestados. Nessa base e conforme referido na nota 32, o Banco registou o impacto referido nos resultados.

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2014	2013
Portugal		
Direcção	11	13
Enquadramento	36	31
Específicas / Técnicas	59	59
Outras funções	37	46
	<u>143</u>	<u>149</u>

#### 10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	Euros	Euros
Água, energia e combustíveis	51.830	59.405
Material de consumo corrente	20.819	25.855
Rendas e alugueres	899.909	914.172
Comunicações	132.431	161.660
Deslocações, estadas e representações	87.536	107.429
Publicidade	1.333.810	1.161.907
Conservação e reparação	119.129	105.247
Estudos e consultas	69.983	105.705
Informática	34.874	14.011
Outsourcing e trabalho independente	2.882.688	3.390.558
Outros serviços especializados	690.950	580.141
Formação do pessoal	9.078	3.439
Seguros	25.276	26.245
Contencioso	622	645
Transportes	13.077	7.354
Outros fornecimentos e serviços	301.289	123.112
	<u>6.673.301</u>	<u>6.786.885</u>

A rubrica Rendas e alugueres inclui o montante de Euros 860.964 (2013: Euros 856.261), correspondente a rendas pagas sobre imóveis utilizados pelo Banco na condição de locatário.

A rubrica Outros serviços especializados inclui os honorários faturados (excluindo IVA) pelo Revisor Oficial de Contas do Banco no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, bem como outros serviços, como segue:

	2014	2013
	Euros	Euros
Serviços de revisão legal	32.260	36.340
Outros serviços de garantia de fiabilidade	13.000	9.600
	<u>45.260</u>	<u>45.940</u>

O Banco possui diversos contratos de locação operacional de imóveis. Os pagamentos efetuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis, por maturidade, são os seguintes:

	2014			2013		
	Imóveis Euros '000	Viaturas Euros '000	Total Euros '000	Imóveis Euros '000	Viaturas Euros '000	Total Euros '000
Até 1 ano	647.813	8.024	655.837	645.366	47.258	692.624
1 ano até 5 anos	2.143.817	7.376	2.151.193	2.136.086	15.400	2.151.486
Mais de 5 anos	801.826	-	801.826	801.335	-	801.335
	<u>3.593.456</u>	<u>15.400</u>	<u>3.608.856</u>	<u>3.582.787</u>	<u>62.658</u>	<u>3.645.445</u>

Banco ActivoBank, S.A.  
 Notas às Demonstrações Financeiras  
 31 de dezembro de 2014

**11. Amortizações do exercício**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<i>Ativos intangíveis:</i>		
<i>Software</i>	138.889	288.104
<i>Outros ativos tangíveis:</i>		
Imóveis	309.205	309.206
Equipamento		
Mobiliário	8.947	8.947
Máquinas	11.018	10.892
Equipamento informático	62.669	111.946
Instalações interiores	2.131	2.131
Viaturas	5.467	-
Equipamento de segurança	1.033	1.033
	<u>400.470</u>	<u>444.155</u>
	<u>539.359</u>	<u>732.259</u>

**12. Imparidade do crédito**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do exercício	150.544	14.876
Reversão do exercício	(5.224)	(23.098)
Recuperações de crédito e de juros	(64.182)	(5.563)
	<u>81.138</u>	<u>(13.785)</u>

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), o Banco aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do período, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

**13. Outras provisões**

O valor desta rubrica é composto por:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do exercício	15.952	47.567
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do exercício	40.632	68.504
	<u>56.584</u>	<u>116.071</u>

*Handwritten signatures and initials:*  
 W  
 ASB  
 ASB

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**14. Caixa e disponibilidades em bancos centrais**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Caixa	138 965	99 480
Bancos centrais	-	556
	<u>138 965</u>	<u>100 036</u>

A rubrica Bancos centrais, corresponde à periodificação do juro a receber referente às Reservas mínimas de caixa junto do Banco de Portugal, constituídas indiretamente através do Banco Comercial Português, S.A.

Em junho de 2008, o Banco de Portugal, através da sua carta DMR/2008/003728, autorizou o Banco Comercial Português, S.A. a constituir reservas mínimas de caixa para o Banco ActivoBank (Portugal), S.A., de acordo com o regime acima referido. Assim, conforme referido na nota 22, as reservas mínimas de caixa foram constituídas de forma indireta pelo Banco Comercial Português, S.A.

As reservas mínimas de caixa são calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efetivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as diretrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 1% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

**15. Disponibilidades em outras instituições de crédito**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Em instituições de crédito no país	28 109 691	24 630 908
Em instituições de crédito no estrangeiro	67 690	337
Valores a cobrar	210	1 233
	<u>28 177 591</u>	<u>24 632 478</u>

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito - Em instituições de crédito no país, regista o saldo de contas de depósitos à ordem do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A.

**16. Aplicações em instituições de crédito**

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2014 Euros	2013 Euros
Até 3 meses	<u>8 000 772</u>	<u>205 054 041</u>

Esta rubrica refere-se integralmente a aplicações do Banco junto do Banco Comercial Português, S.A.

**17. Créditos a clientes**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Crédito com garantias reais	12 085 046	11 805 606
Crédito com outras garantias	3 996 873	3 202 760
Crédito sem garantias	442 883	415 729
	<u>16 524 802</u>	<u>15 424 095</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	37 693	25 639
Crédito vencido - mais de 90 dias	476 613	483 161
	<u>17 039 108</u>	<u>15 932 895</u>
Imparidade para riscos de crédito	(475 934)	(501 466)
	<u>16 563 174</u>	<u>15 431 429</u>

h. *CSW*  
*CA*

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

O crédito a clientes concedido pelo Banco diz respeito, na sua maioria, a operações de financiamento para aquisição de títulos ou unidades de participação em fundos de investimento que se encontram colateralizadas pelos respetivos ativos adquiridos.

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Banco efetua a anulação contabilística dos créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica, sejam considerados como incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	2014	2013
	Euros	Euros
Crédito em conta corrente	4.508.310	5.620.916
Descobertos em depósitos à ordem	442.883	415.729
Empréstimos	11.573.609	9.387.450
	<u>16.524.802</u>	<u>15.424.095</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	37.693	25.639
Crédito vencido - mais de 90 dias	476.613	483.161
	<u>17.039.108</u>	<u>15.932.895</u>
Imparidade para riscos de crédito	(475.934)	(501.466)
	<u>16.563.174</u>	<u>15.431.429</u>

A análise do crédito a clientes, por prazos de maturidade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

	2014	2013
	Euros	Euros
Até 3 meses	8.979.994	9.254.811
3 meses a 1 ano	231.287	137.930
1 a 5 anos	5.168.164	4.847.357
Mais de 5 anos	2.145.357	1.183.997
Indeterminado	514.306	508.800
	<u>17.039.108</u>	<u>15.932.895</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros	Euros
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de janeiro	501.466	482.767
Transferências	-	38.047
Dotação do exercício	150.544	14.876
Reversão do exercício	(5.224)	(23.098)
Utilização de imparidade	(170.852)	(11.126)
Saldo em 31 de dezembro	<u>475.934</u>	<u>501.466</u>

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objetivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

De acordo com a política contabilística apresentada na nota 1 a), o Banco aplica nas suas demonstrações financeiras as NCA's, pelo que a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística apresentada na nota 1 b).

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 b), a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. A referida anulação é realizada pela utilização de perdas por imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

M  
ALB  
2014



Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**18. Ativos financeiros disponíveis para venda**

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
<b>Obrigações e outros títulos de rendimento fixo</b>		
De emissores públicos nacionais		
OT 3,85% 05/15.04.2021	245.024.336	-
OT 4,35 PCT 07/16.10.2017	214.887.409	75.224.003
OT 4,8 PCT 10/15.06.2020	35.855.971	29.533.116
OT 3,6 09/15.10.2014	-	1.120.826
OT 4,20% 06/15.10.2016	-	76.301.652
OT 6,4 PCT 11/15.02.2016 A	-	610.285
	<u>495.767.716</u>	<u>182.789.882</u>
<b>Ações e outros títulos de rendimento variável</b>		
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	374.298	374.298
SIBS, S.G.P.S., S.A.	911.404	911.404
	<u>1.285.702</u>	<u>1.285.702</u>
<b>Imparidade</b>	<u>(29.419)</u>	<u>(29.419)</u>
	<u>1.256.283</u>	<u>1.256.283</u>
	<u><u>497.023.999</u></u>	<u><u>184.046.165</u></u>

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 31.

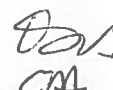
Conforme referido na nota 7, no decurso do exercício de 2014 foram alienados um conjunto de Obrigações de Tesouro de dívida pública portuguesa ao Banco Comercial Português, S.A, acionista único da Sociedade, tendo gerado uma mais-valia no montante de Euros 5.837.286.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	2014				
	Custo amortizado Euros '000	Imparidade Euros '000	Custo amortizado líquido de imparidade Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	478.385.560	-	478.385.560	17.382.156	495.767.716
	<u>478.385.560</u>	<u>-</u>	<u>478.385.560</u>	<u>17.382.156</u>	<u>495.767.716</u>
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Ações de empresas					
Nacionais	1.285.702	(29.419)	1.256.283	-	1.256.283
	<u>1.285.702</u>	<u>(29.419)</u>	<u>1.256.283</u>	<u>-</u>	<u>1.256.283</u>
	<u>479.671.262</u>	<u>(29.419)</u>	<u>479.641.843</u>	<u>17.382.156</u>	<u>497.023.999</u>

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, com referência a 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	2013				
	Custo amortizado Euros '000	Imparidade Euros '000	Custo amortizado líquido de imparidade Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Total Euros '000
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	178.958.363	-	178.958.363	3.831.519	182.789.882
<i>Títulos de rendimento variável:</i>					
Ações de empresas					
Nacionais	1.285.702	(29.419)	1.256.283	-	1.256.283
	<u>180.244.065</u>	<u>(29.419)</u>	<u>180.214.646</u>	<u>3.831.519</u>	<u>184.046.165</u>

W.   
CA

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A análise de carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros	Entre três meses e um ano Euros	Entre um e cinco anos Euros	Superior a cinco anos Euros	Indeterminado Euros	Total Euros
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	-	214.887.409	280.880.307	-	495.767.716
	-	-	214.887.409	280.880.307	-	495.767.716
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Ações de empresas						
Nacionais					1.285.702	1.285.702
					1.285.702	1.285.702
Imparidade para títulos vencidos					(29.419)	(29.419)
	-	-	214.887.409	280.880.307	1.256.283	497.023.999

A análise de carteira de títulos incluídos nos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	Inferior a três meses Euros	Entre três meses e um ano Euros	Entre um e cinco anos Euros	Superior a cinco anos Euros	Indeterminado Euros	Total Euros
<i>Títulos de rendimento fixo:</i>						
Obrigações de emissores públicos						
Nacionais	-	1.120.826	152.135.940	29.533.116	-	182.789.882
	-	1.120.826	152.135.940	29.533.116	-	182.789.882
<i>Títulos de rendimento variável:</i>						
Ações de empresas						
Nacionais					1.285.702	1.285.702
					1.285.702	1.285.702
Imparidade para títulos vencidos					(29.419)	(29.419)
	-	1.120.826	152.135.940	29.533.116	1.256.283	184.046.165

Conforme descrito na política contábilística 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 29. A reserva de justo valor tem o montante positivo de Euros 17.382.156 (31 de dezembro de 2013: Euros 3.831.519).

Handwritten initials and signature.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**19. Outros ativos tangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Imóveis	3 092 049	3 092 049
Equipamento		
Mobiliário	126 370	126 370
Máquinas	86 165	84 823
Equipamento informático	468 768	466 756
Instalações interiores	23 800	23 800
Viaturas	38 800	-
Equipamento de segurança	10 238	10 238
	<u>3 846 190</u>	<u>3 804 036</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(400 470)	(444 155)
Relativas a exercícios anteriores	(1 258 708)	(814 554)
	<u>(1 659 178)</u>	<u>(1 258 709)</u>
	<u>2 187 012</u>	<u>2 545 327</u>

Os movimentos da rubrica de Outros ativos tangíveis durante o ano de 2014 são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Aquisições / Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
<i>Custo:</i>					
Imóveis	3 092 049	-	-	-	3 092 049
Equipamento					
Mobiliário	126 370	-	-	-	126 370
Máquinas	84 823	1 342	-	-	86 165
Equipamento informático	466 756	2 014	(2)	-	468 768
Instalações interiores	23 800	-	-	-	23 800
Viaturas	-	38 800	-	-	38 800
Equipamento de segurança	10 238	-	-	-	10 238
	<u>3 804 036</u>	<u>42 156</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>3 846 190</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Imóveis	741 901	309 205	-	-	1 051 106
Equipamento					
Mobiliário	81 193	8 947	-	-	90 140
Máquinas	29 957	11 018	-	-	40 975
Equipamento informático	398 480	62 669	(1)	-	461 148
Instalações interiores	4 086	2 131	-	-	6 217
Viaturas	-	5 467	-	-	5 467
Equipamento de segurança	3 092	1 033	-	-	4 125
	<u>1 258 709</u>	<u>400 470</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>1 659 178</u>

**20. Ativos intangíveis**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Software	402 044	905 281
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao exercício corrente	(138 889)	(288 104)
Relativas a exercícios anteriores	(198 790)	(443 857)
	<u>(337 679)</u>	<u>(731 961)</u>
	<u>64 365</u>	<u>173 320</u>

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

Os movimentos da rubrica de Ativos intangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Aquisições / Dotações Euros	Alienações / Abates Euros	Transferências Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
<i>Custo:</i>					
<i>Software</i>	905.281	29.934	(533.171)	-	402.044
	<u>905.281</u>	<u>29.934</u>	<u>(533.171)</u>	<u>-</u>	<u>402.044</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
<i>Software</i>	731.961	138.889	(533.171)	-	337.679
	<u>731.961</u>	<u>138.889</u>	<u>(533.171)</u>	<u>-</u>	<u>337.679</u>

## 21. Imposto sobre o rendimento

Os Ativos e Passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	2014			2013		
	Ativo Euros	Passivo Euros	Líquido Euros	Ativo Euros	Passivo Euros	Líquido Euros
Provisões	61.742	-	61.742	62.198	-	62.198
Benefícios a empregados	251.720	-	251.720	276.647	-	276.647
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4.432.450	(4.432.450)	-	1.053.668	(1.053.668)
Prejuízos fiscais	3.640.790	-	3.640.790	4.012.040	-	4.012.040
Outros	-	38.815	(38.815)	-	107.745	(107.745)
Total dos impostos diferidos	3.954.252	4.471.265	(517.013)	4.350.885	1.161.413	3.189.472
Compensação entre impostos diferidos ativos e passivos	(3.954.252)	(3.954.252)	-	(1.161.413)	(1.161.413)	-
Impostos diferidos líquidos	-	517.013	(517.013)	3.189.472	-	3.189.472

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A taxa de imposto diferido para o Banco é analisada como segue:

Descrição	2014	2013
	%	%
Taxa de IRC (a)	21%	23%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	3%	3%
Total (b)	<u>25,5%</u>	<u>27,5%</u>

(a) - Aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

A redução da taxa de IRC originou um gasto por impostos diferidos no montante de Euros 298.874.

A rubrica Benefícios a empregados inclui o montante de Euros 65.793 (31 de dezembro de 2013: Euros 81.089) relativo a impostos diferidos associados aos desvios atuariais reconhecidos por contrapartida de reservas, em resultado da alteração da política contabilística.

A variação patrimonial negativa decorrente da alteração da política contabilística referida é dedutível para efeitos fiscais, em partes iguais, nos 10 anos iniciados em 1 de janeiro de 2012.

Os impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por ano de caducidade, são analisados como segue:

Ano de caducidade	2014 Euros	2013 Euros
2015	492.009	687.147
2017	2.027.424	2.093.483
2018	1.121.357	1.231.410
	<u>3.640.790</u>	<u>4.012.040</u>

*h.*  
*MPA*  
*MPA*

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

O Banco reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros. O montante dos impostos diferidos não reconhecidos é analisado como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Prejuízos fiscais	803 808	1 889 064

O impacto do imposto sobre o rendimento nos resultados e noutras rubricas da situação líquida do Banco é analisado como segue:

	2014		2013	
	Resultado do exercício Euros	Reservas e resultados transitados Euros	Resultado do exercício Euros	Reservas e resultados transitados Euros
<i>Impostos diferidos</i>				
Provisões	(456)	-	10 402	-
Benefícios a empregados	(17 567)	(7 360)	12 731	(14 659)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	(3 378 782)	-	(1 003 294)
Prejuízos fiscais reportáveis	(371 250)	-	1 496 486	286 367
Outros	68 930	-	(107 745)	-
	(320 343)	(3 386 142)	1 411 874	(731 586)
<i>Impostos correntes</i>				
Exercício atual	(827 787)	252 738	(27 866)	-
Correções de exercícios anteriores	(9 908)	-	(31 594)	-
	(837 695)	252 738	(59 460)	-
Total dos impostos sobre o rendimento	(1 158 038)	(3 133 404)	1 352 414	(731 586)


A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Resultado antes de impostos	6 196 461	(4 285 929)
Taxa de imposto corrente	27,5%	29,5%
Imposto esperado	(1 704 027)	1 264 349
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável (i)	(18 372)	(49 994)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	10 834	17 211
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	4 537	18 361
Efeito das diferenças de taxa de imposto e de imposto diferido não reconhecido anteriormente (ii)	588 664	155 111
Correções de exercícios anteriores	(13 055)	(24 758)
(Tributação autónoma) / Créditos fiscais	(26 619)	(27 866)
	(1 158 038)	1 352 414
Taxa efetiva	18,7%	31,6%

Referências:

(i) - Corresponde essencialmente ao imposto associado a provisões não aceites para efeitos fiscais;

(ii) - Respeita essencialmente ao efeito do reconhecimento de impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais que se estima que venham a ser utilizados no prazo de reporte, líquido do efeito da redução da taxa de IRC ao nível dos impostos diferidos e da diferença de taxa de imposto diferido associado a prejuízos fiscais.

h. 

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**22. Outros ativos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	Euros	Euros
Devedores	4.793.303	3.812.000
Outras imobilizações financeiras	7.500	7.500
Outros impostos a recuperar	79.065	79.065
Associadas	22.373	263.983
Outros proveitos a receber	1.994.052	1.590.165
Despesas antecipadas	111.862	38.576
Contas diversas	170.122	34.498
	<u>7.178.277</u>	<u>5.825.787</u>

No âmbito da carta DMR/2008/00378 emitida pelo Banco de Portugal e conforme referido na nota 14, a rubrica Devedores inclui o montante de Euros 4.790.900 (31 de dezembro de 2013: Euros 3.812.000) relativo à constituição indireta de reservas mínimas de caixa pelo Banco Comercial Português, S.A.

A rubrica Outros proveitos a receber inclui a periodificação das comissões de gestão no âmbito dos contratos de distribuição celebrados com diversas sociedades gestoras de ativos financeiros, assim como comissões de rede cobradas a empresas do Grupo e outras instituições seguradoras.

A rubrica Contas diversas inclui, em 31 de dezembro de 2014, o montante de Euros 142.300 (31 de dezembro 2013: Euros 24.741) relativo ao ativo associado a responsabilidades relativas a benefícios pós-emprego, conforme descrito na nota 32.

**23. Depósitos de instituições de crédito**

Esta rubrica regista depósitos recebidos do Banco Comercial Português, S.A.

**24. Depósitos de clientes**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014			2013		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Depósitos de clientes						
Depósitos à ordem	133.067.498	-	133.067.498	100.949.800	4.692	100.954.492
Depósitos a prazo	-	343.898.539	343.898.539	-	263.636.009	263.636.009
Depósitos de poupança	-	40.781.129	40.781.129	-	49.258.024	49.258.024
Outros	192.215	-	192.215	62.169	-	62.169
	<u>133.259.713</u>	<u>384.679.668</u>	<u>517.939.381</u>	<u>101.011.969</u>	<u>312.898.725</u>	<u>413.910.694</u>

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos, tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2014	2013
	Euros	Euros
<i>Depósitos à ordem</i>	<u>133.067.498</u>	<u>100.954.492</u>
<i>Depósitos a prazo e de poupança:</i>		
Até 3 meses	162.481.644	123.363.955
3 meses até 6 meses	98.900.587	69.105.972
6 meses até 1 ano	111.174.101	100.513.985
1 ano até 5 anos	12.123.336	19.910.121
	<u>384.679.668</u>	<u>312.894.033</u>
<i>Outros:</i>		
Até 3 meses	<u>192.215</u>	<u>62.169</u>
	<u>192.215</u>	<u>62.169</u>
	<u>517.939.381</u>	<u>413.910.694</u>

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**25. Provisões**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2014</u> Euros	<u>2013</u> Euros
Provisão para riscos gerais de crédito	239.849	223.897
Outras provisões para riscos e encargos	109.136	68.504
	<u>348.985</u>	<u>292.401</u>

Os movimentos da Provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	<u>2014</u> Euros	<u>2013</u> Euros
<i>Provisão genérica para crédito direto</i>		
Saldo em 1 de janeiro	223.169	175.760
Dotação do exercício	15.815	47.409
Saldo em 31 de dezembro	<u>238.984</u>	<u>223.169</u>
<i>Provisão genérica para crédito por assinatura</i>		
Saldo em 1 de janeiro	728	570
Dotação do exercício	137	158
Saldo em 31 de dezembro	<u>865</u>	<u>728</u>
	<u>239.849</u>	<u>223.897</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1 b).

Os movimentos das Outras provisões para risco e encargos são analisados como segue:

	<u>2014</u> Euros	<u>2013</u> Euros
Saldo em 1 de janeiro	68.504	-
Dotação do exercício	40.632	68.504
Saldo em 31 de dezembro	<u>109.136</u>	<u>68.504</u>

**26. Outros passivos**

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>2014</u> Euros	<u>2013</u> Euros
Credores:		
Fornecedores	293.160	412.991
Outros credores	1.132.885	1.188.866
Setor Público Administrativo	558.462	554.158
Juros e outros custos a pagar	321.246	115.624
Receitas antecipadas	393.291	20.458
Férias e subsídios de férias a pagar	649.642	717.234
Contas diversas	148.937	207.199
	<u>3.497.623</u>	<u>3.216.530</u>

A rubrica Credores - Outros credores inclui o montante de Euros 703.796 (31 de dezembro de 2013: Euros 694.453) relativo a prémios de antiguidade conforme descrito na nota 32.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**27. Capital**

No âmbito do projeto de cisão-fusão ocorrido em 2001 mencionado na nota 1 a), o Banco procedeu a uma redução de capital de 90.000.000 Euros para 17.500.000 Euros, mediante a extinção de 14.500.000 ações com o valor unitário de 5 Euros cada. Ainda no âmbito da cisão-fusão foi efetuada a alteração do valor nominal das ações do Banco, passando o capital a estar representado por 17.500.000 ações de valor nominal de 1 Euro.

À data de 31 de julho de 2002 a BCP Investment, B.V., adquiriu as 17.500.000 ações representativas de 100% do capital social do Banco ActivoBank (Portugal), S.A.

Durante o exercício de 2002 o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 6.000.000, pela emissão de seis milhões de novas ações com o valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment, B.V. que detém a totalidade do capital.

Durante o exercício de 2011 o Banco procedeu a um aumento de capital no montante de Euros 17.500.000, pela emissão de dezassete milhões e quinhentas mil novas ações com o valor nominal de Euro 1 cada. Este aumento de capital foi inteiramente subscrito pela BCP Investment, B.V. que detém a totalidade do capital.

Após esta operação, o capital do Banco passou a ser de Euros 41.000.000 representado por 41.000.000 ações de 1 Euro cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Concretizou-se em maio de 2014 uma redução de capital do Banco, de Euros 41.000.000 para Euros 17.500.000, para cobertura de resultados transitados negativos e outras reservas. Após esta operação, o capital do Banco passou a ser representado por 17.500.000 ações de 1 Euro cada. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado.

**28. Reserva legal**

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

**29. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados**

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Reservas de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	17.382.156	3.831.519
Impostos diferidos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas potenciais reconhecidos nas reservas de justo valor	(4.432.450)	(1.053.668)
Reservas de justo valor líquidas de impostos	12.949.706	2.777.851
Perdas atuariais		
Valor bruto	(2.499.392)	(2.873.513)
Imposto	243.201	381.289
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	(6.362)	(291.256)
Outras reservas e resultados acumulados	3.374.092	(14.408.913)
Reservas e resultados acumulados	1.111.539	(17.192.393)

As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Ativos financeiros disponíveis para venda em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c).

Durante o exercício de 2014, foi deliberado a redução do capital social no montante de Euros 23.500.000 e a utilização das reservas legais e outras reservas no montante de Euros 19.670, para cobertura de resultados e reservas negativas no montante de Euros 20.125.908 e constituição de reserva especial no montante de Euros 3.374.092.

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 28.

No âmbito da operação de redução do capital social, a rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui em 31 de dezembro de 2014, o montante negativo de Euros 6.362 (31 de dezembro de 2013: montante negativo de Euros 291.256) relativo ao diferimento do impacto contabilístico, respeitante às responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, decorrente da transição para as NCA's, de acordo com o disposto no nº 2 do Aviso 4/2005 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística 1 p).

h.  
—  
9/12



Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A movimentação das reservas de justo valor em Ativos financeiros para venda durante o exercício de 2014 é apresentada como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Reavaliação Euros	Alienação Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
Bilhetes Tesouro 14/23.01.15.79	-	(2)	2	-
Bilhetes Tesouro 14/19.06.15.83	-	(89.899)	89.899	-
OT 3,6% 09/14	37.517	(37.517)	-	-
OT 4,20% 06/15.10.2016	1.785.991	4.051.295	(5.837.286)	-
OT 4,35 PCT 07/16.10.2017	1.443.711	7.002.596	-	8.446.307
OT 4,8 PCT 10/15.06.2020	467.731	6.063.890	-	6.531.621
OT 3,85% 05/15.04.2021	-	2.404.228	-	2.404.228
OT 6,4% 11/16	96.569	(218.603)	122.034	-
	<u>3.831.519</u>	<u>19.175.988</u>	<u>(5.625.351)</u>	<u>17.382.156</u>

A movimentação das reservas de justo valor em Ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2013 é apresentada como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Reavaliação Euros	Alienação Euros	Saldo em 31 dezembro Euros
OT 4,375% 03/14	1.777	1.611	(3.388)	-
OT 3,6% 09/14	56.116	(18.599)	-	37.517
OT 4,20% 06/15.10.2016	-	1.785.991	-	1.785.991
OT 4,35 PCT 07/16.10.2017	-	1.443.711	-	1.443.711
OT 4,8 PCT 10/15.06.2020	-	467.731	-	467.731
OT 6,4% 11/16	115.810	(19.241)	-	96.569
	<u>173.703</u>	<u>3.661.204</u>	<u>(3.388)</u>	<u>3.831.519</u>

### 30. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Garantias e avales prestados	373.910.667	355.772.583
Garantias e avales recebidos	2.118.441	1.896.855
Compromissos perante terceiros	25.459.645	28.280.271
Compromissos assumidos por terceiros	11.093.043	11.333.799
Valores recebidos em depósito	259.793.002	283.266.716
Valores depositados na Central de Valores	741.043.259	173.708.972
Outras contas extrapatrimoniais	4.092.566	4.536.352

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	135.777.769	118.910.742
Fianças e indemnizações	238.132.898	236.861.841
	<u>373.910.667</u>	<u>355.772.583</u>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Outros compromissos irrevogáveis	1.089.364	1.051.808
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	24.328.987	22.216.254
Facilidades em descobertos de conta	41.294	5.012.209
	<u>25.459.645</u>	<u>28.280.271</u>

h  
-  
GA

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Banco presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

Adicionalmente, a rubrica Garantias e avales prestados - Garantias e avales inclui a 31 de dezembro de 2014, o montante de Euros 226.319.033 (31 de dezembro de 2013: Euros 226.319.033) relativo a duas garantias bancárias emitidas pelo Banco, em nome do Banco Comercial Português, S.A., no âmbito de dois processos fiscais relativos ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas dos exercícios de 2006 e 2005.

Os Compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas tal como descrito na política contabilística 1 b).

A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento pelas respetivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito não se preveem quaisquer perdas materiais nas mesmas.

### 31. Justo Valor

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo, a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Banco.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

#### *Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Disponibilidades em outras Instituições de Crédito*

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

#### *Aplicações em Instituições de Crédito e Depósitos de Instituições de Crédito*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas.

A taxa de desconto utilizada reflete as atuais condições praticadas pelo Banco em idênticos instrumentos para cada um dos diferentes prazos de maturidade residual. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período). Em 31 de dezembro de 2014, a taxa média de desconto foi de 0,27% para as aplicações (31 de dezembro de 2013: 0,55%).

#### *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado ("*Bid-price*"), sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

As taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros - Reuters e Bloomberg - mais concretamente as que resultam das cotações dos *swaps* de taxa de juro. Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. A curva de taxa de juro obtida é ainda calibrada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projeção dos fluxos de caixa não determinísticos, como por exemplo os indexantes.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos *standard* (*Black-Scholes*, *Black*, *Ho* e outros) considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

#### *Créditos a clientes com maturidade definida*

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Banco. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 10,10% em dezembro de 2014 e de 10,79% em dezembro de 2013. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

#### *Créditos a clientes sem maturidade definida e Débitos à vista para com clientes*

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

*Depósitos de clientes*

O justo valor destes instrumentos financeiros, é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Banco para este tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* atual do Banco. Este foi calculado através da média da produção dos três meses mais recentes. A taxa média de desconto foi de 1,01% em dezembro de 2014 e de 2,12% em dezembro de 2013.

No quadro seguinte apresenta-se, com referência a 31 de dezembro de 2014, a tabela com as taxas de juro utilizadas no apuramento das curvas de taxa de juro das principais moedas, nomeadamente EUR, USD, GBP e PLN utilizadas para a determinação do justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco:

	Moedas			
	EUR	USD	GBP	PLN
1 dia	-0,10%	0,18%	0,52%	1,98%
7 dias	-0,03%	0,23%	0,53%	1,98%
1 mês	0,01%	0,30%	0,57%	1,98%
2 meses	0,03%	0,33%	0,61%	1,97%
3 meses	0,06%	0,38%	0,64%	1,96%
6 meses	0,13%	0,48%	0,78%	1,95%
9 meses	0,21%	0,64%	0,90%	1,94%
1 ano	0,16%	0,43%	1,03%	1,79%
2 anos	0,18%	0,88%	0,93%	1,77%
3 anos	0,22%	1,28%	1,13%	1,80%
5 anos	0,36%	1,76%	1,44%	1,94%
7 anos	0,53%	2,03%	1,64%	2,07%
10 anos	0,82%	2,27%	1,84%	2,21%
15 anos	1,15%	2,50%	2,07%	2,43%
20 anos	1,33%	2,61%	2,18%	2,43%
30 anos	1,47%	2,69%	2,23%	3,84%

O quadro seguinte resume, com referência a 31 de dezembro de 2014, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	2014			
	Ao justo valor através de reservas	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	138.965	138.965	138.965
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	28.177.591	28.177.591	28.177.591
Aplicações em instituições de crédito	-	8.000.772	8.000.772	7.998.851
Crédito a clientes	-	16.563.174	16.563.174	16.803.119
Ativos financeiros disponíveis para venda	497.023.999	-	497.023.999	497.023.999
	<u>497.023.999</u>	<u>52.880.502</u>	<u>549.904.501</u>	<u>550.142.525</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	1	1	1
Depósitos de clientes	-	517.939.381	517.939.381	519.905.318
	<u>-</u>	<u>517.939.382</u>	<u>517.939.382</u>	<u>519.905.319</u>

h.   
C/A

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

O quadro seguinte resume, com referência a 31 de dezembro de 2013, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores:

	2013			
	Ao justo valor através de reservas	Custo amortizado	Valor contabilístico	Justo valor
	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	100.036	100.036	100.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	24.632.478	24.632.478	24.632.478
Aplicações em instituições de crédito	-	205.054.041	205.054.041	204.964.663
Crédito a clientes	-	15.431.429	15.431.429	15.533.124
Ativos financeiros disponíveis para venda	184.046.165	-	184.046.165	184.046.165
	<u>184.046.165</u>	<u>245.217.984</u>	<u>429.264.149</u>	<u>429.276.466</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	238	238	238
Depósitos de clientes	-	413.910.694	413.910.694	414.915.547
	<u>-</u>	<u>413.910.932</u>	<u>413.910.932</u>	<u>414.915.785</u>

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

	2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	138.965	-	-	-	138.965
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28.177.591	-	-	-	28.177.591
Aplicações em instituições de crédito	-	-	7.998.851	-	7.998.851
Crédito a clientes	-	-	16.803.119	-	16.803.119
Ativos financeiros disponíveis para venda	495.767.716	-	-	1.256.283	497.023.999
	<u>524.084.272</u>	<u>-</u>	<u>24.801.970</u>	<u>1.256.283</u>	<u>550.142.525</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	-	1	-	1
Depósitos de clientes	-	-	519.905.318	-	519.905.318
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>519.905.319</u>	<u>-</u>	<u>519.905.319</u>

As ações e outros títulos de rendimento variável encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição uma vez que não é possível determinar o justo valor de forma fiável dado que estes ativos não são transacionáveis.

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Banco, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2013:

	2013				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Instrumentos financeiros ao custo	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	100.036	-	-	-	100.036
Disponibilidades em outras instituições de crédito	24.632.478	-	-	-	24.632.478
Aplicações em instituições de crédito	-	-	204.964.663	-	204.964.663
Crédito a clientes	-	-	15.533.124	-	15.533.124
Ativos financeiros disponíveis para venda	182.789.882	-	-	1.256.283	184.046.165
	<u>207.522.396</u>	<u>-</u>	<u>220.497.787</u>	<u>1.256.283</u>	<u>429.276.466</u>
Depósitos de instituições de crédito	-	-	238	-	238
Depósitos de clientes	-	-	414.915.547	-	414.915.547
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>414.915.785</u>	<u>-</u>	<u>414.915.785</u>

h  
PND  
CIB

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe.

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro.

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação;
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

### 32. Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e por invalidez e outras responsabilidades, conforme referido na política contabilística 1 p).

O número de participantes do Fundo de Pensões do Banco Comercial Português abrangidos pelo plano de pensões de reforma e outros benefícios é o seguinte:

	2014	2013
<i>Número de participantes</i>		
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	5	5
Pessoal no ativo	137	144
	<u>142</u>	<u>149</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 p), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e respetivas coberturas, calculadas com base no método de crédito das unidades projetadas, são analisadas como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Responsabilidades por benefícios projetados</i>		
Ex-Participantes Direitos Adquiridos	94.730	56.515
Pessoal no ativo	11.271.342	8.884.623
	11.366.072	8.941.138
Valor do Fundo	(11.508.372)	(8.965.879)
(Ativos) / Passivos líquidos em balanço	<u>(142.300)</u>	<u>(24.741)</u>
<i>Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral</i>		
Saldo em 1 de janeiro	2.918.883	1.709.018
(Ganhos) e perdas atuariais do exercício	2.499.392	1.201.326
Amortização do ajustamento de transição das pensões (Aviso n.º 12/01)	8.539	8.539
	<u>5.426.814</u>	<u>2.918.883</u>

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A evolução das responsabilidades por benefícios projetados durante o exercício de 2014 e 2013 é analisada conforme segue:

	2014		2013	
	Responsabilidades benefícios pós- emprego	Extra-Fundo	Total	Total
	Euros	Euros	Euros	Euros
Saldo a 1 de janeiro	8.907.221	33.917	8.941.138	7.250.627
Custo normal	16.531	2.689	19.220	(45.591)
Custo dos juros	353.457	1.373	354.830	335.047
(Ganhos) e perdas atuariais				
Não decorrentes de alteração de pressupostos	(295.354)	(5.378)	(300.732)	(77.632)
Resultantes de alterações de pressupostos	2.954.543	10.612	2.965.155	1.155.350
Impacto do corte resultante da alteração da fórmula de cálculo do Subsídio de Morte (Decreto-Lei n.º 13/2013)	-	-	-	(3.322)
Programas de reformas antecipadas	(58.418)	(343)	(58.761)	(81.380)
Contribuições dos Colaboradores	110.461	-	110.461	114.996
Transferência para outros planos	(665.239)	-	(665.239)	293.043
Valores no final do exercício	<u>11.323.202</u>	<u>42.870</u>	<u>11.366.072</u>	<u>8.941.138</u>

A rubrica Impacto do corte resultante da alteração da fórmula de cálculo do Subsídio de Morte (Decreto-Lei n.º 13/2013) no montante de Euros 3.322, correspondia em 31 de dezembro de 2013, ao impacto resultante da alteração do método de cálculo do subsídio de morte na sequência da publicação em 17 de janeiro de 2013, do Decreto-Lei n.º 13/2013 que introduz alterações na determinação da prestação do referido subsídio.

De acordo com a IAS 19, trata-se de um *negative past service cost* que ocorre quando existem alterações ao plano de benefícios cujo impacto se consubstancia numa redução do valor atual das responsabilidades por serviços prestados. Nessa base, o Banco registou o impacto referido nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Decreto-Lei n.º 13/2013).

O valor das responsabilidades com Benefícios de Saúde estão integralmente cobertas pelo Fundo de Pensões e correspondem, em 31 de dezembro de 2014, a Euros 769.327 (31 de dezembro de 2013: Euros 666.904).

A evolução do valor dos ativos do Fundo é analisado como segue:

	2014	2013
	Euros	Euros
Saldo a 1 de janeiro	8.965.879	7.697.342
Rendimento projetado dos ativos	332.240	336.851
Ganhos e (perdas) atuariais	165.031	(123.608)
Contribuições para o Fundo	2.600.000	647.255
Contribuições de colaboradores	110.461	114.996
Transferências para outros planos	(665.239)	293.043
Saldo fim do exercício	<u>11.508.372</u>	<u>8.965.879</u>

Os elementos que compõem o valor do ativo do Fundo de Pensões são analisados como segue:

	2014	2013
	Euros	Euros
Ações	2.774.694	2.400.446
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	3.376.471	2.608.070
Unidades de participação em fundos mobiliários	707.292	812.120
Unidades de participação em fundos imobiliários	1.021.179	985.447
Imóveis	1.123.787	1.095.404
Aplicações em Bancos e outros	2.504.949	1.064.392
	<u>11.508.372</u>	<u>8.965.879</u>

A rubrica Imóveis inclui os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo que, em 31 de dezembro de 2014, ascendem a Euros 1.121.250 (31 de dezembro de 2013: Euros 1.090.422).

**Banco ActivoBank, S.A.**  
**Notas às Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2014**

O Fundo de pensões inclui ativos emitidos por empresas do Grupo BCP que são analisados como segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Ações	-	24
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	483 417	506 848
Aplicações em Bancos e outros	2 417 369	1 016 952
	<u>2 900 786</u>	<u>1 523 824</u>

A evolução dos (ativos)/responsabilidades líquidas em balanço é analisada como segue:


	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Valores em 1 de janeiro	(24.741)	(446.715)
Reconhecidos na Demonstração de resultados:		
Custo normal	19.220	(45.591)
Custo / (proveito) dos juros	22.590	(1.804)
Programas de reformas antecipadas	(58.761)	(81.380)
Impacto do corte resultante da alteração da fórmula de cálculo do Subsídio de Morte (Decreto-Lei n.º 13/2013)	-	(3.322)
Reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral:		
(Ganhos) e perdas atuariais		
Não decorrentes de alterações de pressupostos		
Rendimento do Fundo	(165.031)	123.608
Desvio entre responsabilidades esperadas e efetivas	(300.732)	(77.632)
Resultantes de alterações de pressupostos	2.965.155	1.155.350
Contribuições para o Fundo	<u>(2.600.000)</u>	<u>(647.255)</u>
Valores no final do exercício	<u>(142.300)</u>	<u>(24.741)</u>

Em 31 de dezembro de 2014, foram efectuadas pelo Banco contribuições em dinheiro para o Fundo no montante de Euros 2.600.000 (31 de dezembro de 2013: Euros 647.255).

Em conformidade com o disposto na IAS 19, o Banco contabilizou como proveito com benefícios pós-emprego, o montante de Euros 16.951 (31 de dezembro de 2013: proveito de Euros 132.097) cuja análise é apresentada como se segue:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
	<b>Euros</b>	<b>Euros</b>
Custo dos serviços correntes	19.220	(45.591)
Custo / (proveito) dos juros líquidos		
no saldo da cobertura das responsabilidades	22.590	(1.804)
Impacto do corte resultante da alteração da fórmula de cálculo do Subsídio de Morte (Decreto-Lei n.º 13/2013)	-	(3.322)
Outros	<u>(58.761)</u>	<u>(81.380)</u>
Custo do exercício	<u>(16.951)</u>	<u>(132.097)</u>

De acordo com o referido na política contabilística e na sequência da alteração da IAS 19 - Benefícios dos empregados, os custos/proveitos dos juros passaram a ser reconhecidos pelo valor líquido na linha de juros (proveitos ou custos) e similares.

h;  


Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de evolução da taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a Zona Euro, bem como das características demográficas dos seus colaboradores, o Banco utilizou os seguintes pressupostos atuariais para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma:

	<b>Fundo Banco Comercial Português</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Taxa de crescimento salarial	0,75% até 2017 1,00% após 2017	1,00% até 2016 1,75% após 2017
Taxa de crescimento das pensões	0,00% até 2017 0,50% após 2017	0,00% até 2016 0,75% após 2017
Taxa de rendimento do Fundo	2,50%	4,00%
Taxa de desconto	2,50%	4,00%
Tábuas de mortalidade		
Homens	TV 73/77 - 2 anos	TV 73/77 - 1 ano
Mulheres	TV 88/90 - 3 anos	TV 88/90 - 2 anos
Taxa de invalidez	0,00%	0,00%
Taxa de <i>turnover</i>	0,00%	0,00%
Taxa dos custos com benefícios de saúde	6,50%	6,50%

As tábuas de mortalidade consideram uma idade inferior à idade efetiva dos beneficiários, em menos dois anos para os homens e em menos três anos para as mulheres, que se traduz numa esperança média de vida superior.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19. Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

A determinação da taxa de desconto teve em consideração (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) *duration* das responsabilidades do plano de benefícios.

O Banco face (i) aos desvios positivos verificados no último exercício e (ii) à atual tendência de evolução dos salários e à situação económica a esta data, determinou uma taxa de crescimento dos salários progressiva de 0,75% até 2017 e 1,00% a partir de 2017 e uma taxa de crescimento das pensões de 0,00% até 2017 e de 0,50% a partir de 2017.

De acordo com as exigências da IAS 19, de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciam em 1 de janeiro de 2013, a taxa de rendimento do fundo considerada no cálculo do valor atual das responsabilidades, corresponde à taxa de desconto.

No entanto, apresenta-se abaixo a estimativa de rendimento esperado para 2015:

Classe de Ativos	2015	
	% da Carteira	Rendimento Esperado
Ações	24,11%	6,47%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	29,34%	3,56%
Unidades de participação em fundos mobiliários	6,15%	1,33%
Unidades de participação em fundos imobiliários	8,87%	0,33%
Imóveis	9,76%	6,58%
Aplicações em Bancos e outros	21,77%	1,30%
Rendimento total esperado		3,64%

As perdas atuariais líquidas do exercício, em 31 de dezembro de 2014, no montante de Euros 2.499.392 (31 de dezembro de 2013: perdas atuariais de Euros 1.201.326) são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades e os valores efetivamente verificados e são analisados conforme segue:

	<b>(Ganhos)/Perdas atuariais</b>			
	2014		2013	
	%	Euros	%	Euros
Desvios entre as responsabilidades esperadas e efetivas:				
Taxa de crescimento dos salários	1,55%	48.386	1,29%	(65.605)
Desvios de mortalidade	0,27%	24.141	0,00%	-
Outros	-4,17%	(373.259)	0,00%	(12.027)
Alterações de pressupostos:				
Taxa de desconto	2,50%	4.772.001	4,00%	1.155.350
Taxa de crescimento dos salários		(1.696.243)		-
Taxa de crescimento das pensões		(359.894)		-
Tábua de mortalidade		249.291		-
Rendimento dos Fundos	8,14%	(165.031)	4,40%	123.608
		2.499.392		1.201.326



Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19, é a seguinte:

	Impacto da alteração de pressupostos financeiros			
	2014		2013	
	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Taxa de Desconto	886.954	(814.731)	579.218	(607.179)
Taxa de Crescimento das Pensões	(327.895)	343.527	(244.301)	254.456
Taxa de Crescimento dos Salários	(700.143)	763.863	(514.342)	557.146

	Impacto da alteração de pressupostos demográficos			
	2014		2013	
	- 1 ano	+ 1 ano	- 1 ano	+ 1 ano
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Alteração da Tábua de Mortalidade	311.259	(313.012)	(409.908)	143.472

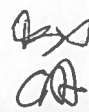
Os custos com os benefícios de saúde têm um impacto significativo no custo com pensões. Considerando este impacto, procedeu-se a uma análise de sensibilidade a uma variação positiva (passando de 6,5% para 7,5% no exercício de 2014) e a uma variação negativa (passando de 6,5% para 5,5% no exercício de 2014) de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde cujo impacto é analisado como segue:

	Variação positiva de 1% (6,5% para 7,5%)		Variação negativa de 1% (6,5% para 5,5%)	
	2014	2013	2014	2013
	Euros	Euros	Euros	Euros
Impacto no custo com pensões	8.241	5.285	(8.241)	(5.285)
Impacto nas responsabilidades	138.669	102.601	(138.669)	(102.601)

As responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade, por não serem responsabilidades pós-emprego, não estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo. Em 31 de dezembro de 2014, as responsabilidades relacionadas com o prémio de antiguidade ascendem a Euros 703.796 (31 de dezembro de 2013: Euros 694.453) e estão cobertas por provisões em igual montante, conforme nota 27.

O custo dos exercícios de 2014 e 2013 com o prémio de antiguidade é o seguinte:

	2014	2013
	Euros	Euros
Custo dos serviços correntes	42.114	40.010
Custo dos juros	26.947	26.854
(Ganhos) e perdas atuariais	(2.028)	49.894
Custo do exercício	67.033	116.758

h. 

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

**33. Partes relacionadas**

O Banco concede empréstimos no decurso normal das suas atividades a empresas do Grupo e a outras partes relacionadas. No âmbito dos dois acordos coletivos de trabalho que englobam substancialmente todos os colaboradores dos bancos que operam em Portugal, bem como ao abrigo da política social do Grupo, são concedidos empréstimos a taxas de juro que se encontram fixadas nos referidos acordos ou em regulamentação interna para cada tipo de operação, com base em propostas de crédito apresentadas pelos colaboradores.

Em relação aos membros do Conselho de Administração e seus familiares diretos, não foram concedidos créditos à data de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

*Remunerações aos membros do Conselho de Administração e elementos chave de gestão*

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foram pagas pelo Banco remunerações a membros do Conselho de Administração, nem foram suportados custos com pensões, tendo sido suportado pelo Banco encargos no montante de Euros 269.478 (31 de dezembro de 2013: Euros 282.701). Nos exercícios de 2014 e 2013, não foram atribuídas aos membros do Conselho de Administração quaisquer importâncias a título de remuneração variável.

Tendo presente que a remuneração dos membros do Conselho de Administração tem em vista a compensação das atividades que desenvolvem no Banco diretamente e toda e qualquer função desempenhada em sociedades ou órgãos sociais para os quais tenham sido nomeados por indicação ou em representação do Banco, neste último caso, o valor líquido das remunerações auferidas anualmente por tais funções por cada membro do Conselho de Administração será deduzido aos respetivos valores de remuneração fixa anual atribuível pelo Banco.

As remunerações fixas pagas aos elementos chave de gestão, no exercício de 2014, ascenderam a Euros 383.934 (2013: Euros 373.318), tendo ainda sido suportados custos com contribuições para a Segurança Social no montante de Euros 88.605 (2013: Euros 86.173) e Fundo de Pensões no montante de Euros 6.672 (2013: Euros -3.661).

*Transações com o Fundo de Pensões*

Durante o exercício de 2014 foram efetuadas contribuições em dinheiro para o Fundo de Pensões. Não ocorreram operações de compra e de venda de ativos com o Fundo de Pensões.

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, os créditos detidos pelo ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP, incluídos nas rubricas Aplicações em instituições de crédito e Outras contas a receber, são analisados como segue:

	2014		2013	
	Aplicações em ICs Euros	Outras contas a receber Euros	Aplicações em ICs Euros	Outras contas a receber Euros
Banco Comercial Português, S.A.	8.000.772	6.447.405	205.054.041	5.103.471
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	-	-	13.867
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	17.592	-	-
Millennium bcp Ageas				
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	18.581	-	26.592
Millennium bcp Gestão de Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento	-	8.304	-	8.429
	<u>8.000.772</u>	<u>6.491.882</u>	<u>205.054.041</u>	<u>5.152.359</u>

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, os débitos detidos pelo ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP, estão incluídos na rubrica Depósitos de Clientes e são analisados como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	<u>10.977.954</u>	<u>5.894.835</u>

À data de 31 de dezembro de 2014, os proveitos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	Juros e Proveitos equiparados Euros	Comissões Proveitos Euros	Outros proveitos de exploração Euros	Lucros em operações financeiras Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	491.623	7.583.285	-	5.837.286	13.912.194
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	78.688	-	-	78.688
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	-	32.000	-	32.000
Millennium bcp Ageas					
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	266.759	-	-	266.759
Millennium bcp Gestão de Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento	-	53.700	-	-	53.700
Outras	-	1.345	-	-	1.345
	<u>491.623</u>	<u>7.983.777</u>	<u>32.000</u>	<u>5.837.286</u>	<u>14.344.686</u>

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

À data de 31 de dezembro de 2013, os proveitos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	Juros e Proveitos equiparados Euros	Comissões Proveitos Euros	Outros proveitos de exploração Euros	Lucros em operações financeiras Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	590.046	8.469.328	-	-	9.059.374
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	-	28.638	-	-	28.638
Millennium bcp Ageas					
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	103.088	-	-	103.088
Millennium bcp Gestão de Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento	-	50.871	-	-	50.871
	<u>590.046</u>	<u>8.651.925</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.241.971</u>

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, os custos do ActivoBank sobre empresas do Grupo BCP e partes relacionadas, são analisados como segue:

	2014			2013		
	Juros e custos equiparados Euros	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros	Total Euros	Juros e custos equiparados Euros	Fornecimentos e serviços de terceiros Euros	Total Euros
Banco Comercial Português, S.A.	-	326.058	326.058	-	339.021	339.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda	-	39.000	39.000	-	39.000	39.000
Millennium bcp Ageas						
Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	-	7.353	7.353	-	40.698	40.698
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	-	2.173.255	2.173.255	-	2.640.976	2.640.976
	<u>-</u>	<u>2.545.666</u>	<u>2.545.666</u>	<u>-</u>	<u>3.059.695</u>	<u>3.059.695</u>

No âmbito das atividades de mediação de seguros do Banco, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as remunerações de prestação de serviço são como segue:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Ramo Vida</i>		
Produtos de poupança	56.511	56.428
Crédito à habitação e consumo	(2.483)	11.850
	<u>54.028</u>	<u>68.278</u>
<i>Ramo Não Vida</i>		
Acidentes e doença	183.625	29.563
Automóvel	10.233	2.262
Multi-Riscos Habitação	13.880	2.985
Outros	4.993	-
	<u>212.731</u>	<u>34.810</u>
	<u>266.759</u>	<u>103.088</u>

As remunerações por serviços de mediação de seguros foram recebidas através de transferências bancárias e resultaram da intermediação de seguros com as subsidiárias do Grupo Millenniumbcp Ageas (Occidental Vida e Occidental Seguros).

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

h.  
gms

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

Os saldos a receber da atividade de mediação de seguros por natureza e entidade é analisada conforme segue:

	2014 Euros	2013 Euros
<i>Por natureza</i>		
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo vida	18.581	16.911
Fundos a receber relativo a pagamento de comissões relativo a seguros do ramo não vida	11.550	9.680
	<u>30.131</u>	<u>26.591</u>
<i>Por entidade</i>		
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	18.581	16.911
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	11.550	9.680
	<u>30.131</u>	<u>26.591</u>

As comissões recebidas pelo Banco resultam da mediação de contratos de seguro e contratos de investimentos conforme os termos estabelecidos nos contratos em vigor. As comissões de mediação são calculadas atendendo à natureza dos contratos objeto de mediação, como segue:

- contratos de seguro – aplicação de taxas fixas sobre os prémios brutos emitidos;
- contratos de investimentos – aplicação de taxas fixas sobre as responsabilidades assumidas pela Seguradora no âmbito da comercialização desses produtos.

#### 34. Gestão de riscos

Atendendo à estrutura do Banco ActivoBank, S.A. e a sua inserção no Grupo BCP, a gestão de riscos é efetuada, nos termos legalmente admitidos, pelo Banco Comercial Português, S.A.

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão dos riscos das diversas empresas do Grupo é efetuada de forma centralizada em coordenação com os departamentos locais e atendendo aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Grupo visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercado, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Banco.

##### Principais Tipos de Risco

**Crédito** – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir as suas obrigações.

**Mercado** – O risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

**Liquidez** – O risco de liquidez reflete a incapacidade de o Grupo cumprir as suas obrigações no momento do respetivo vencimento sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

**Operacional** – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

##### Organização Interna

O Conselho de Administração do Banco Comercial Português é responsável pela definição da política de risco incluindo-se, neste âmbito, a aprovação dos princípios e regras de mais alto nível que deverão ser seguidas na gestão do mesmo, assim como as linhas de orientação que deverão ditar a alocação do capital económico às linhas de negócio.

O Conselho de Administração, através da Comissão de Auditoria, assegura a existência de um controlo de risco adequado e de sistemas de gestão de risco ao nível do Grupo e de cada entidade. Deve também aprovar, por proposta da Comissão Executiva do Banco Comercial Português, o nível de tolerância ao risco aceitável para o Grupo.

A Comissão de Risco é responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da atividade.

O *Group Risk Officer* é o responsável pela função de controlo de risco em todas as entidades do Grupo por forma a garantir a monitorização global do risco e o alinhamento de conceitos, práticas e objetivos. Deve também informar a Comissão de Risco sobre o nível de risco do Grupo, propondo medidas para melhorar o seu controlo e implementando os limites aprovados.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

Todas as entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua atuação pelos princípios e orientações estabelecidos centralmente pela Comissão de Risco, estando as principais subsidiárias dotadas de estruturas do *Risk Office*, dimensionadas de acordo com os riscos inerentes à respetiva atividade. Em cada subsidiária relevante foi instituída uma Comissão de Controlo de Risco, com a responsabilidade do controlo do risco a nível local, na qual participa o *Risk Officer* do Grupo.

O *Group Head of Compliance* é responsável pela implementação de sistemas de controlo do cumprimento de obrigações legais e dos deveres a que o Banco se encontra sujeito e, bem assim, pela prevenção, monitorização e reporte de riscos nos processos organizacionais, que incluem, entre outros, a prevenção e repressão do branqueamento de capitais e o combate ao financiamento do terrorismo, a prevenção do conflito de interesses, as matérias conexas com o abuso de mercado e o cumprimento dos deveres de informação junto de clientes.

#### Modelo de gestão e controlo de risco

Para efeitos de análise de rentabilidade, quantificação e controlo dos riscos, cada entidade está dividida nas seguintes áreas de gestão:

- **Negociação e Vendas:** contempla as posições detidas com o objetivo de obtenção de ganhos a curto prazo através de venda ou reavaliação. Estas posições são ativamente geridas, transacionáveis sem restrições e podem ser precisas e frequentemente reavaliadas, incluindo os títulos e derivados das atividades de vendas;
- **Financiamento:** Operações de financiamento do grupo em mercado, inclui tanto operações em mercado institucional e monetário (e eventuais coberturas de risco), mas não operações de financiamento estrutural (como por exemplo dívida subordinada);
- **Investimento:** inclui todas as posições em títulos a deter até à sua maturidade, durante um período alargado de tempo, que não sejam transacionáveis em mercados líquidos, ou quaisquer outros que sejam detidos com outro propósito que não o de ganhos de curto prazo. Inclui também qualquer operação de cobertura de risco associada aos mesmos;
- **Comercial:** Inclui todas as operações (ativas e passivas) realizadas na prossecução da atividade comercial do grupo com os seus clientes;
- **ALM:** representa a função de gestão de Ativos e Passivos, inclui as operações decididas pelo CALCO na gestão do risco global do grupo e centraliza as operações de transferência de risco entre as restantes áreas;
- **Estrutural:** inclui os elementos de balanço ou operações que, dada a sua natureza, não são diretamente relacionáveis com nenhuma das outras áreas, incluindo as operações de financiamento estrutural do grupo, capital e itens fixos de balanço

A definição das áreas de gestão permite uma efetiva separação da gestão das carteiras de negociação e bancária, bem como uma correta afetação de cada operação à área de gestão mais adequada de acordo com o respetivo contexto.

#### Avaliação de Riscos

##### Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos clientes e na avaliação rigorosa do nível de proteção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um sistema único de notação de risco, a *Rating Master Scale*, baseada na probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. A *Rating Master Scale* permite também identificar os clientes que evidenciam sinais de degradação da capacidade creditícia e, em particular, os que estão classificados, no âmbito do Acordo de Basileia II, na situação de incumprimento.

Todos os modelos de *rating scoring* usados no Banco foram devidamente calibrados para a *Rating Master Scale*.

O conceito de nível de proteção é um elemento fulcral na avaliação da eficácia do colateral na mitigação do risco de crédito, promovendo uma colateralização do crédito mais ativa e uma melhor adequação do *pricing* ao risco incorrido.

Para a quantificação do risco de crédito ao nível das diferentes carteiras, o Banco desenvolveu um modelo baseado numa abordagem atuarial, que permite obter a distribuição de probabilidade das perdas totais. Além da probabilidade de incumprimento (PD) e do montante da perda dado o incumprimento (LGD), como pontos centrais, é também considerada a incerteza associada ao desenvolvimento destes parâmetros, concretizada pela introdução da respetiva volatilidade. Os efeitos de diversificação/concentração entre os setores das carteiras de crédito são quantificados pela introdução das respetivas correlações.

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa às exposições brutas ao risco de crédito do Banco (posição em risco original), em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Rubricas de risco	Posição em risco original	
	2014	2013
	Euros	Euros
Administrações Centrais ou Bancos Centrais	496.618.753	184.046.721
Outras Instituições de Crédito	409.999.734	590.637.200
Clientes de retalho e empresas	41.788.004	38.234.125
Outros elementos	12.307.044	12.969.016
	<u>960.713.535</u>	<u>825.887.062</u>

Nota: exposições brutas de imparidade e amortizações, em conformidade com o perímetro de consolidação prudencial.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

*Riscos de Mercado*

O Banco, no controlo do risco de mercado assumido nas diversas áreas de gestão (de acordo com a definição anterior), utiliza uma medida integrada de risco que engloba os principais componentes de risco de mercado identificados pelo Grupo: risco genérico, risco específico, risco não linear e risco de *commodities* (mercadorias).

A medida utilizada na avaliação do risco genérico de mercado é o VaR (*Value at Risk*). O cálculo do VaR é efetuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela *RiskMetrics*, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%. A estimação da volatilidade associada a cada um dos fatores de risco no modelo é efetuada utilizando uma aproximação histórica (*equally weighted*) com um período de observação de um ano.

Utiliza-se igualmente um modelo de avaliação do risco específico existente devido à detenção de títulos (obrigações, ações, certificados, etc.) e de derivados cuja *performance* esteja diretamente ligada ao valor destes. Com as necessárias adaptações, este modelo segue o *standard* regulamentar.

São ainda utilizadas medidas complementares para os restantes tipos de risco, uma medida de risco não linear que incorpora o risco de opções não coberto no modelo VaR, com um intervalo de confiança de 99% e uma medida *standard* para o risco de *commodities*.

Estas medidas são integradas no indicador de risco de mercado com o pressuposto conservador de correlação perfeita entre os diversos tipos de risco (*worst-case scenario*).

São apurados valores de capital em risco, quer em base individual para cada uma das carteiras de posições das áreas com responsabilidade na tomada e gestão de riscos, quer em termos consolidados, considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

De modo a assegurar que o modelo de VaR adotado é adequado para avaliar os riscos envolvidos nas posições assumidas, encontra-se instituído um processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são confrontados com os verificados.

Apresentam-se seguidamente os principais indicadores destas medidas para a carteira de negociação em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Euros	
	dez 14	dez 13
Risco Genérico ( VaR )	23 998	5 895
Risco Global	23 998	5 895

A avaliação do risco de taxa de juro originado por operações da carteira bancária é feita através de um processo de análise de sensibilidade ao risco, realizado todos os meses, para o universo de operações que integram o balanço do Banco.

Para esta análise são consideradas as características financeiras dos contratos disponíveis nos sistemas de informação. Com base nestes dados é efetuada a respetiva projeção dos fluxos de caixa esperados, de acordo com as datas de *repricing* e eventuais pressupostos de pré-pagamentos considerados.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, dos fluxos de caixa esperados em cada um dos intervalos de tempo permite determinar os gaps de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro do balanço, por moeda, é calculada pela diferença entre o valor atual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos mesmos fluxos de caixa simulando deslocações paralelas da curva de taxa de juro de mercado.

Os valores apresentados nos quadros abaixo evidenciam o impacto esperado no valor económico da carteira bancária devido a deslocações paralelas na curva de rendimentos em +/-100 e +/-200 pontos base em cada uma das moedas onde o Banco tem posições significativas:

Moeda	31 dezembro 2014			
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
EUR	7.070	7.070	(15.893)	(30.765)
USD	(48)	(29)	28	54
CHF	-	-	1	3
TOTAL	7.022	7.041	(15.864)	(30.708)

Moeda	31 dezembro 2013			
	- 200 pb	- 100 pb	+ 100 pb	+ 200 pb
EUR	7.140	5.888	(5.451)	(10.587)
USD	(2)	(2)	5	10
TOTAL	7.138	5.886	(5.446)	(10.577)

h  
1  
15/12/14  
CMB

#### Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Banco é feita utilizando indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais se encontram definidos, igualmente, limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Banco para horizontes temporais de curto prazo (até 3 meses) é efetuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente (liquidez imediata e liquidez trimestral), que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projeções de *cash-flows* para períodos de, respetivamente, 3 dias e 3 meses.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os fluxos de caixa futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respetivo (3 dias ou 3 meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *Corporate* e *Private* que pela sua dimensão são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de ativos considerados altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise.

Paralelamente, é efetuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez estrutural do Banco, identificando-se todos os fatores que justificam as variações ocorridas. Esta análise é submetida à apreciação do *Capital and Assets and Liabilities Committee* (CALCO), visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção de condições de financiamento adequadas à prossecução da atividade.

Complementarmente, o controlo da exposição ao risco de liquidez é da responsabilidade da Comissão de Risco.

Este controlo é reforçado com a execução mensal de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Banco e a assegurar que o Grupo, e cada uma das suas subsidiárias, cumpre as suas obrigações num cenário de crise de liquidez. Estes testes são também utilizados para suportar o plano de contingência de liquidez e as tomadas de decisões de gestão sobre esta matéria.

#### Risco Operacional

A abordagem à gestão do risco operacional está suportada pela estrutura de processos de negócio e de suporte *end-to-end*. A gestão dos processos é da competência dos *Process Owners*, primeiros responsáveis pela avaliação dos riscos e pelo reforço da *performance* no âmbito dos seus processos. Os *Process Owners* são responsáveis por manter atualizada toda a documentação relevante respeitante aos processos, assegurar a efetiva adequação dos controlos existentes, através de supervisão direta ou por delegação nos departamentos responsáveis por esses controlos, coordenar e participar nos exercícios de *risk self assessment*, detetar e implementar as oportunidades de melhoria, onde se incluem as ações de mitigação para as exposições mais significativas.

Dentro do modelo de gestão do risco operacional implementado no Banco destaca-se o processo de recolha de perdas operacionais, caracterizando de forma sistemática as causas e os efeitos associados ao evento de perda detetado. A partir da análise histórica dos eventos ocorridos e das relações de causalidade são identificados os processos de maior risco e lançadas as ações de mitigação para as exposições críticas.

### 35. Solvabilidade

O Banco ActivoBank utiliza as metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito e contraparte para uma componente relevante da carteira de retalho. O Banco utiliza o método avançado (modelo interno) para cobertura do risco genérico de mercado e o método *standard* para cobertura do risco operacional.

Os fundos próprios do Banco são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010 e, a partir de 1 de janeiro de 2014, de acordo com a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR) e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013.

#### De acordo com a metodologia da CRD IV/CRR (a partir de 1 de janeiro de 2014)

Os fundos próprios, apurados de acordo com a Diretiva 2013/36/EU e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O tier 1 compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1.

O *common equity tier 1* inclui: i) o capital realizado, os prémios de emissão e as reservas e os resultados retidos; ii) e as deduções relacionadas com as ações próprias, os ativos intangíveis e o excesso de perdas esperadas face às provisões constituídas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB. Adicionalmente, procede-se à dedução dos impostos diferidos ativos associados a prejuízos fiscais, por um lado, e consideram-se as deduções relacionadas com os impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que dependam da rentabilidade futura do Banco, neste caso pelo montante que exceda os limites máximos de 10% e 15% do *common equity tier 1*.

Não existem fundos próprios adicionais de nível 1 nem fundos próprios de nível 2 no Banco.

A legislação em vigor contempla um período de transição entre os requisitos de fundos próprios apurados de acordo com a legislação nacional e os calculados de acordo com a legislação comunitária por forma a fasear quer a não inclusão/exclusão de elementos anteriormente considerados (*phased-out*) quer a inclusão/dedução de novos elementos (*phased-in*). O período de transição faseado prolongar-se-á até ao final de 2017 para a maioria dos elementos, com exceção da dedução relacionada com os impostos diferidos gerados anteriormente a 1 de janeiro de 2014.

O apuramento dos ativos ponderados também regista algumas alterações face à forma como é calculado de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, com realce para a ponderação a 250% dos impostos diferidos ativos de diferenças temporárias que se encontram dentro dos limites estabelecidos para a não dedução a *common equity tier 1* (em vez de 0%).

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

No novo quadro prudencial, as instituições devem reportar rácios *common equity tier 1*, tier 1 e total não inferiores a 7%, 8,5% e 10,5%, respetivamente, incluindo um conservation buffer de 2,5%, mas beneficiando de um período transitório que decorrerá até ao final de 2018. Contudo, Banco de Portugal determinou que as instituições devem reportar um *common equity tier 1* não inferior a 7% durante o período transitório, por forma a garantir o adequado cumprimento das exigências de fundos próprios que se antecipam.

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias da CRD IV / CRR anteriormente referidas relativamente a 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

	2014 Euros
<i>Fundos Próprios principais nível 1</i>	
Capital	17.500.000
Reservas e resultados retidos	19.099.668
Deduções regulamentares	(12.078.467)
Excesso face a limites	(135.005)
Fundos Próprios de nível 1	24.386.196
Fundos Próprios Totais	24.386.196
<i>RWA</i>	
Risco de crédito	205.041.955
Risco de mercado	784.938
Risco operacional	15.502.635
Total	221.329.528
<i>Rácios de Capital</i>	
<i>Common Equity Tier 1</i>	11,0%
<i>Tier 1</i>	11,0%
<i>Tier 2</i>	0,0%
	11,0%

De acordo com as regras do Banco de Portugal (até 31 de dezembro de 2013)

Os fundos próprios calculados de acordo com o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010 resultam da soma dos fundos próprios de base (*tier 1*) com os fundos próprios complementares (*tier 2*) e da subtração da componente de deduções aos fundos próprios totais. O *tier 1* subdivide-se em *core tier 1*, que congrega os elementos com caráter de maior permanência, e em fundos próprios de base adicionais.

O *core tier 1* inclui: i) o capital realizado, os prémios de emissão, as reservas e os resultados retidos e o corredor do fundo de pensões; ii) e as deduções relacionadas com os ativos intangíveis, os depósitos contratados com clientes com taxas acima de um determinado limiar. Adicionalmente, as reservas e os resultados retidos são corrigidos da reversão dos ganhos e perdas relacionados com títulos de investimento (os títulos de capital apenas são revertidos os ganhos).

O Banco não possui elementos que integram os fundos próprios de base adicionais nem efetua qualquer dedução aos mesmos.

O *tier 2* integra o excesso de imparidades face a perdas esperadas apuradas para as exposições cujos requisitos de capital para risco de crédito sejam apurados de acordo com a metodologia IRB, até ao montante total equivalente a 0,6% do RWA dessas exposições. Ao *tier 2* são deduzidos os restantes 50% referentes às participações financeiras.

As deduções aos fundos próprios totais resultam de eventuais excedentes de exposição a limites de riscos no âmbito do Aviso do Banco de Portugal n.º 7/2010.

O Banco de acordo com as recomendações do Banco de Portugal não deveria registar rácios *tier 1* e total inferiores a 8%.

h.  
-  
C  
C  
C



Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

Os valores dos fundos próprios e dos requisitos de fundos próprios apurados de acordo com as metodologias de Basileia III, reportadas a 31 de dezembro de 2013, são os seguintes:

	2013 Euros
<i>Fundos Próprios de Base</i>	
Capital realizado e prémios de emissão	41.000.000
Reservas e resultados retidos	(19.229.321)
Ativos intangíveis	(173.320)
Impacto líquido de rubricas com diferimento	(712)
Outros ajustamentos regulamentares	(36.019)
<i>Core tier 1</i>	21.560.628
<i>Total</i>	21.560.628
<i>Fundos Próprios Complementares</i>	
<i>Upper Tier 2</i>	5.820
<i>Fundos Próprios Totais</i>	21.566.448
<i>Requisitos de Fundos Próprios</i>	
Requisitos exigidos pelo Aviso 5/2007	18.199.365
Carteira de negociação	39.754
Risco Operacional	982.251
	19.221.370
<i>Rácio de Solvabilidade</i>	
<i>Core Tier 1</i>	9,0%
<i>Tier 1</i>	9,0%
<i>Tier 2 (*)</i>	0,0%
<i>Rácio de Solvabilidade</i>	9,0%

(\*) Inclui deduções aos fundos próprios totais

### 36. Normas contabilísticas recentemente emitidas

#### Normas, alterações e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Banco aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

#### *IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas*

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à "IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas", com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### *IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas*

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a "IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas", com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como "silos").

h.  
—  
MA  
2014

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*IFRS 11 - Acordos Conjuntos*

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos*

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades*

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades; e (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Banco analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

*Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)*

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de novembro.

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantidade Recuperável dos Ativos Não-Financeiros*

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

*IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura*

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (*clearing counterparty*) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

O Banco não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

*IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros*

O IASB emitiu, em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

O Banco não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

*IFRIC 21 – Taxas*

O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 17 de junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (*Levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

O Banco está ainda a avaliar os impactos decorrentes da introdução desta interpretação.

*O Banco decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e ou interpretações, adotadas pela União Europeia.*

*IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados*

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

*Melhoramentos às IFRS (2010-2012)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

*IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)*

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (*vesting*)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

*IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais*

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

*IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.*

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

*IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo*

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

*IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada*

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

*IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão*

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

*Melhoramentos às IFRS (2011-2013)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2015).

*IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”*

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

*IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

*IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portfólios*

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de *portfolios* aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

*IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.*

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Banco

*IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009) e alterada em 2010, 2013 e 2014)*

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

Banco ActivoBank, S.A.  
Notas às Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2014

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

*IFRS 15 Rêditos de contratos com clientes*

O IASB, emitiu, em maio de 2014, a norma IFRS 15 Rêditos de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rêditos, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêditos - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o réditos de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o réditos deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o réditos é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a *performance* da entidade.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*Melhoramentos às IFRS (2012-2014)*

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

O Banco não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

*IAS 27: Método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas*

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

O Banco não terá quaisquer impactos decorrente da introdução desta alteração.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco ActivoBank, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 559.334.155 euros e um total de capital próprio de 36.599.668 euros, incluindo um resultado líquido de 5.038.423 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's") conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
  - 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

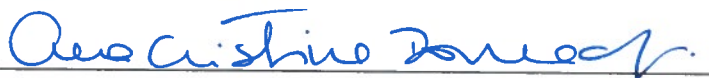
### **Opinião**

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco ActivoBank, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's conforme definidas pelo Banco de Portugal.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 6 de Março de 2015



**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

**RELATORIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL  
RELATIVOS AO EXERCICIO DE 2014**

Exmos. Senhores Accionistas do  
Banco ActivoBank, S.A.

Em conformidade com o estipulado na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco ActivoBank, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Através dos contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos Serviços competentes, informamo-nos acerca da actividade do Banco e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, efetuando as análises convenientes.

Averiguamos a observância da Lei e dos Estatutos do Banco, procedemos a verificação da regularidade dos registos contabilísticos e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pelo Banco conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases, emitida pela KPMG & Associados, SROC, S.A., e com cujo teor concordamos.

*Handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. J. J." or similar, with a vertical line below it.*



Do Conselho de Administração e seus representantes obtivemos as informações e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) as demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do Banco;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados; e
- c) o relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação do Banco, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer que a Assembleia Geral Anual do Banco aprove:

- a) o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- b) a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão.

Finalmente, salientamos e agradecemos a colaboração recebida do Conselho de Administração do Banco e dos Serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar, no desempenho das nossas funções.


Lisboa, 16 de Março de 2015

**O Conselho Fiscal**

  
Joaquim Patrício da Silva  
(Presidente)

  
Leopoldo de Assunção Alves  
(Vogal)

  
João José Carvalho Pereira  
(Vogal)



-----Ata N.º 51-----

----- Aos 30 de março de 2015, ouvidos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do Banco ActivoBank, S.A., com sede social na Rua Augusta, em Lisboa, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número único de matrícula e de identificação fiscal 500.734.305 e o capital social de 17.500.000 euros, a senhora Dra. Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral, em representação do acionista único BCP Investment B.V.,

encontrando-se para o efeito devidamente mandatada, deliberou por escrito e nos termos do artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais: -----

----- 1.º Aprovar o Relatório de Gestão e as contas do exercício de 2014; -----

----- 2.º Aprovar a proposta do Conselho de Administração de aplicação de resultados, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando: -----

----- i) o resultado do exercício de 2014 do Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank);

----- ii) os resultados transitados e outras reservas da sociedade, -----  
propõe-se, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, que o resultado positivo do exercício de 2014 do ActivoBank, no montante de 5.038.423,22 euros, seja transferido para a conta de resultados transitados.”; -----

----- 3.º Aprovar um voto de confiança e de louvor à atividade desenvolvida pelos órgãos de administração e de fiscalização da sociedade e por cada um dos seus membros; -----

----- 4.º Aprovar a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, que era do seguinte teor: -----

“POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO -----

----- Considerando o disposto na Lei n.º 28/2009 de 19 de junho, a Comissão de Remunerações do Banco ActivoBank, S.A. emite a seguinte declaração sobre a política de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, a qual será submetida à Assembleia Geral Anual, para parecer e com carácter vinculativo: -----

----- A política de remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas do Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank) reproduz, com as necessárias adaptações, a política de remuneração para o Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização que vier a ser aprovada pela Assembleia Geral Anual de acionistas do Banco Comercial Português, S.A., o qual detém indiretamente a totalidade do capital social do ActivoBank.”; -----

----- 5.º Aprovar a política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, que era do seguinte teor: -----

“POLÍTICA INTERNA DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DA ADEQUAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO. -----

----- Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 30º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Conselho de Administração do Banco ActivoBank, S.A. emite a seguinte declaração sobre a política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, a qual será submetida à Assembleia Geral Anual, para parecer e com carácter vinculativo: -----

----- A política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco ActivoBank, S.A. (ActivoBank) reproduz, com as

NA

adaptações que vierem a ser julgadas necessárias, a política interna de seleção e avaliação da adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que vier a ser aprovada pela Assembleia Geral Anual de acionistas do Banco Comercial Português, S.A., o qual detém indiretamente a totalidade do capital social do ActivoBank.” -----

----- Mais decidiu transcrever de imediato a presente deliberação no livro de atas da Assembleia Geral da sociedade, dando assim satisfação ao disposto no já citado artigo 54º do Código das Sociedades Comerciais. -----

APC *ben 2m assf*